



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL | PPDSR

SANCLEY ESTANY DA SILVA LIMA

REGIÃO DA CHAPADA DAS MESAS: crescimento econômico e perspectivas
do município de Estreito – MA, no período de 2000 a 2022

**São Luís - MA
2023**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

SANCLEY ESTANY DA SILVA LIMA

REGIÃO DA CHAPADA DAS MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA, no período de 2000 a 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira

**São Luís - MA
2023**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

REGIÃO DA CHAPADA DAS MESAS: crescimento econômico e perspectivas
do município de Estreito – MA, no período de 2000 a 2022.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira

Defendida em: ____ / ____ / 2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira
PPDSR - UEMA

Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa
PPDSR – UEMA (examinador interno)

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
PPGDSE – UFMA (examinador externo)



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

*Dedico este trabalho a **Deus**, o maior orientador da minha vida. **Ele** nunca me abandonou nos momentos de necessidade.*

*Dedico este trabalho à minha mãe (**Eunice Marques da Silva Lima**), pilar da minha formação como ser humano.*



Agradecimentos

Essa dissertação é uma declaração de agradecimento a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades; foi ele que permitiu que tudo isso acontecesse, não somente neste período como mestrando, mas que em todos os momentos ele é o maior doutor que alguém pode conhecer. Agradeço a Deus pelo que conquistei até agora, mas peço a Ele para me dar sabedoria para conquistar muito mais.

Esta dissertação é uma declaração de amor pela vida de minha mãe, Eunice Marques da Silva que sempre me orientou a trilhar os melhores caminhos, saiba que a senhora é a minha maior inspiração.

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, pela oportunidade de fazer esse mestrado. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR pelos ensinamentos e amizades feitas durante o período de estudo. Agradeço ao Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho. Obrigado a minhas irmãs Kely Emely, Sancleya Emeny, Ketuly Eveny e sobrinhos Dário Daniel, Daniela Sânela, Leandrinho, Leandrinha, Maria Sara, Maria Ainoã, Aruna Mikal, Paulinha e Pedro Israel, que nos momentos dedicados ao estudo, entendiam e respeitavam que eu precisava de silêncio para escrever esta dissertação. Quero expressar minha gratidão a Cintia Lima, você me deu uma grande ajuda e me apoiou durante a preparação desta dissertação, obrigado por seus cafés, pelos conselhos e por ouvir meus lamentos.

Obrigado a toda população de Estreito/MA, à Colônia de Pescadores Z35, sala do Empreendedor de Estreito, a todos os moradores do bairro Pôr do Sol, em especial a Flávio Antunes, Edivaldo Fernandes, João Batista, Dalva Batista, Cláudia Regina, Valdir Ribeiro, Pedro da Silva Rodrigues, Elizete (secretária do PPDSR), pessoal da UFMA por meio do mestrado em desenvolvimento socioeconômico, professor Dr. Benjamim Mesquita, pessoal da UFPA, pessoal do GEOURBAM, professores do PPDSR, professora Dra. Zulene Barbosa, professor Dr. José Sampaio. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por possibilitar financeiramente a realização dessa pesquisa.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

*Tudo é possível, o impossível
apenas demora mais.
Dan Brown*



RESUMO

Estudos voltados ao crescimento econômico têm recebido bastante atenção na literatura e por mais que haja debates controversos, em geral, a maior parte considera que tal incremento tem efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Porém, é necessário verificar se esse desenvolvimento foi suficiente para extinguir a maior parte das demandas sociais, pois do contrário emergem malefícios como desproporção na distribuição de riqueza, manutenção da desigualdade regional, comprometimento do meio ambiente, entre outros que dificultam o acesso ao bem-estar social de forma ampla. A pesquisa tem por objetivo analisar o crescimento econômico do município de Estreito – MA, utilizando como base o período de 2000 a 2022. O método de estudo utilizado foi o materialismo histórico, que possibilita a análise de elementos essenciais para a compreensão do processo de formação socioespacial da Região da Chapada das Mesas, cujo estudo empírico é centrado na citada unidade subnacional. Para tanto, procedeu-se ao levantamento bibliográfico, cartográfico e documental, seleção de dados primários e secundários, aplicação de questionários, bem como análise e interpretação dos dados e informações obtidas. Apesar de ter registrado crescimento econômico no período de 2000 a 2022 e se destacar na Região Chapada das Mesas, o município de Estreito ainda se depara com uma gama de problemas sociais e ambientais que ficaram mais evidentes com o recrudescimento de investimentos e cuja referência é a Usina Hidrelétrica.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Chapada das Mesas, Estreito.



ABSTRACT

Studies focused on economic growth have received a lot of attention in the literature and, although there are controversial debates, in general, most consider that such an increase has a positive effect on economic development. However, it is necessary to verify if this development was enough to extinguish most of the social demands, otherwise harms emerge such as disproportion in the distribution of wealth, maintenance of regional inequality, compromise of the environment, among others that hinder access to well-being. The research aims to analyze the economic growth of the municipality of Estreito - MA, using the period from 2000 to 2022 as a basis. The study method used was historical materialism, which allows the analysis of essential elements for understanding the formation process socio-spatial analysis of the Chapada das Mesas Region, whose empirical study is centered on the aforementioned subnational unit. To this end, a bibliographic, cartographic and documental survey was carried out, primary and secondary data were selected, questionnaires were applied, as well as data and information obtained were analyzed and interpreted. Despite having registered economic growth in the period from 2000 to 2022 and standing out in the Chapada das Mesas Region, the municipality of Estreito still faces a range of social and environmental problems that have become more evident with the increase in investments and whose reference is the Hydroelectric Plant.

Key words: Economic Growth, Regional Development, Chapada das Mesas, Estreito.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALUMAR:** Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.
- BASA:** Banco da Amazônia;
- BB:** Banco do Brasil
- BNB:** Banco do Nordeste do Brasil
- BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAGED:** Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados
- CESTE:** Consócio Estreito Energia
- CNESNet:** Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- COMARCO:** Companhia Maranhense de Colonização
- CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento
- EIA:** Estudo de Impacto Ambiental
- EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ETENE:** Escritório Técnico do Banco do Nordeste do Brasil
- FUNAI:** Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GEOURBAM:** Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano diversidade na Amazônia
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano
- IMESC:** Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
- INEP:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MEC:** Ministério da Educação e Cultura
- NAEA:** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- ONU:** Organização das Nações Unidas;
- PAC:** Plano de Aceleração do Crescimento
- PBA:** Plano Básico Ambiental
- PIB:** Produto Interno Bruto
- PNCM:** Parque Nacional da Chapada das Mesas
- PPA:** Plano Plurianual
- PPDSR:** Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
- PPGDSTU:** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
- RIMA:** Relatório de Impacto Ambiental



SEPLAN: Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública

STF: Supremo Tribunal Federal

SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDEMA: Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UEMA: Universidade Estadual do Maranhão

UEMASUL: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

UF: Unidades federativas do Brasil

UFPA: Universidade Federal do Pará

UHE: Usina Hidrelétrica de Estreito

VAB: Valor Adicionado Bruto

VALE: Vale do Rio Doce



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Região da Chapada das Mesas	20
Figura 2 - Mapa de localização do município de Estreito	49
Figura 3 - Parte mais “Estreita” do rio Tocantins	50
Figura 4 - Vista da parte mais “Estreita” do rio Tocantins.....	51
Figura 5 - Foto aérea da Usina Hidrelétrica de Estreito/ Consórcio Estreito Energia – CESTE	60
Figura 6 - Mapa dos Municípios interferidos pela UHE Estreito.	61
Figura 7 - Pescador em canoa com UHE ao fundo	62
Figura 8 - Flávio Antônio, líder comunitário do bairro Pôr do Sol	76
Figura 9 - Edvaldo Fernandes e Sancley Estany durante entrevista na Colônia de Pescadores Zona 35	77
Figura 10 - Erosão causada pelas correntezas de água advinda de período chuvoso e abertura de comporta da Hidrelétrica.	78
Figura 11 - Alagamento e desmoronamento na residência da moradora Claudia Regina.....	78
Figura 12 - Regiane Cunha e Sancley Estany em entrevista na sala do empreendedor	79
Figura 13 - Edvaldo Fernandes Lima e Sancley Estany durante em entrevista na Colônia de Pescadores Zona 35	80
Figura 14 - Valdir Ribeiro da Silva e Sancley Estany em reunião com a colônia de pescadores.....	81



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valor adicionado bruto dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2010 (x 1000).....	53
Gráfico 2 - Representação de participação do PIB nos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2010	53
Gráfico 3 - Renda per capita dos municípios da Região da Chapada das Mesas – 2010	54
Gráfico 4 - Índice de Atividade Econômica dos 4 Municípios mais representativos da Região da.....	55
Gráfico 5 - População estimada da Região da Chapada das Mesas para o ano de 2021	56
Gráfico 6 - VAB dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2019 (x1000).....	57
Gráfico 7 - PIB dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2019 (x1000).....	58
Gráfico 8 – População Residente de Estreito/MA - 1991 a 2021	66
Gráfico 9 - Produto Interno Bruto (PIB) de Estreito/MA de 2000 a 2019	68
Gráfico 10 - Cadastro Central de Empresas – Unidades Locais - 2006 a 2020	69
Gráfico 11 - Pessoal ocupado assalariado de 2006 a 2020	70
Gráfico 12 - Salário médio mensal dos empregados de 2006 a 2020	71



LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Regiões e municípios produtores de soja no Maranhão, 2010.....	44
Quadro 2 - Indicadores populacionais dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2010.....	52
Quadro 3 - Estabelecimentos de Saúde do Município Estreito - 2022	67



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I APRESENTAÇÃO	15
II. A PESQUISA	18
III. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS	22
CAPÍTULO 1: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	29
1.1 Desenvolvimento x crescimento econômico	31
1.2 Desenvolvimento regional	33
CAPÍTULO 2: CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MARANHÃO A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	37
2.1 A soja no Maranhão como fator de crescimento desigual?	43
2.2 Região da Chapada das Mesas: uma abordagem local	45
2.3 Aspectos geográficos, sociais e econômicos da Região da Chapada das Mesas	55
2.4 Produção de energia elétrica a partir de Estreito	58
CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DO MUNICÍPIO DE ESTREITO	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

***“O SENHOR É MEU PASTOR,
NADA ME FALTARÁ”
Salmos 23:01***

I APRESENTAÇÃO

O sistema capitalista está diretamente ligado com a carência de concentração de capital e mão de obra no território em que está situado; característica esta que não se restringe a grandes economias, pois esse sistema teve um notório crescimento em países subdesenvolvidos e em sua maioria trouxe como consequência uma grande desigualdade regional. No Brasil, a questão regional é conhecida por seus desequilíbrios e, é na sociedade capitalista que a relação homem-território se torna mais complexa, pois o território é entendido como um recurso, não como um recurso necessário à sobrevivência, e sim como um recurso para a produção e reprodução do capital.

Isso posto, a ideia de desenvolvimento está associada à expansão das formas capitalistas de produção e às suas consequências em termos do progresso técnico e de acumulação de riquezas. Assim, a qualificação das discussões desenvolvimentistas fez com que o olhar puramente econômico não se justifique, uma vez que o processo não é monolítico, mas multifacetado. A necessidade de uma maior clareza na caracterização do desenvolvimento propiciou o surgimento de outras abordagens, possibilitando a assimilação de novos conceitos compatíveis com os desdobramentos e requerimentos que a sociedade atual passou a exigir (ZACARIAS, 2011). De maneira que:

Desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Todos parecem ter direito ao desenvolvimento, que se transforma em uma imposição, em vez de opção. A região assim caracterizada, precisa ser desenvolvida o que, de certa forma, significa ser desenvolvida, isto é, que seja quebrado o seu envolvimento para que ela se abra ao mundo, incorporando os padrões de progresso, de modernidade. Assim, desenvolver significa tirar daqueles que são do lugar o poder de decidir sobre o seu destino. Significa, enfim, deslocar. E esse desenvolvimento terá que vir de fora, de algum agente externo civilizador, já que essas populações não se mostraram capazes de sair do estado de natureza e/ou do atraso (GONÇALVES, 2005, p. 21).

As discussões sobre acumulação capitalista não são tão novas, uma vez que nela afirma-se que promoção da riqueza social traz como consequência, a reprodução

contínua da pobreza parcial e/ou absoluta, em que o espaço se reproduz das mais diversas maneiras possíveis, ocasionando a concentração de capital por meio da exploração dos recursos e pela divisão internacional do trabalho (PEREIRA, 2015). Isso implica que:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos [...] suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária (MARX; ENGELS, 1998).

Nesse contexto de desenvolvimento sob a concepção do sistema capitalista, o que fica mais evidente é que o crescimento econômico que ocorre de forma desigual acarreta desníveis sociais e econômicos entre regiões e até mesmo dentro das regiões administrativas. Essa realidade é observada no Brasil entre as macrorregiões em que destacam a Sul e a Sudeste com significativo crescimento e desenvolvimento, enquanto a Norte e a Nordeste se apresentam como atrasadas.

Quando se observa a macrorregião Nordeste, para exemplificar disparidades internas, verifica-se que o crescimento econômico está presente de forma consistente nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que inclusive possuem as maiores populações e atraíram expressivos volumes de investimentos ao longo da história, sendo que de maneira geral teóricos como Harvey (1982), Hirschman (1958) e Myrdal (1957) já analisaram os efeitos do crescimento econômico de alguns lugares e suas consequências (LIMA, 2020). Nesse caso, tem-se que:

O desenvolvimento é um processo de equilíbrio instável, marcado pela expansão de certos centros ou áreas, onde se observam dois tipos de efeitos: propulsores e regressivos. Os primeiros beneficiam as áreas dominadas e os segundos drenam recursos destas. Segundo Myrdal, as forças de mercado fazem com que os efeitos regressivos sejam mais fortes que os efeitos propulsores (TAVARES, 1987, p.25).

Falar sobre as desigualdades regionais e seus aspectos estruturais é considerar que a associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimento em infraestrutura possui caráter perverso em certo sentido, cujo impacto sobre as economias regionais (estados e municípios) é bastante

heterogêneo, trazendo como consequência concentração de renda e recursos econômicos, aumentando ainda mais a desigualdade regional (LIMA, 2019).

Essas desigualdades são fundamentadas por um grupo de teóricos do desenvolvimento regional, representados pelas teorias principais: a dos Polos de Crescimento, de Perroux (1977); a da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1957); e a dos Efeitos de Encadeamento para trás e para frente, de Hirschman (1958).

Na busca de esclarecer a natureza desigual do desenvolvimento econômico, Myrdal (1972) criou a teoria da causação circular cumulativa, explicando o processo de polarização do capital, afirmando que quando um centro regional recebe um impulso econômico, as outras regiões em sua volta podem ser prejudicadas, variáveis como a migração, os movimentos de capital e o comércio tenderiam a favorecer regiões mais desenvolvidas em detrimento das regiões mais atrasadas ou seja, a partir de uma aglomeração inicial, uma região na qual existisse economia de escala e desenvolvimento tecnológico atrairia novos recursos, que reforçariam circularmente a sua expansão, no entanto, o contrário ocorreria nas regiões atrasadas. O economista Albert Hirschman (1958) seguia esse mesmo raciocínio, demonstrando a possibilidade de crescimento da desigualdade, mesmo acreditando na ideia de um reflexo do crescimento das regiões ricas sobre as regiões pobres (o que ele chamava de efeito de gotejamento), e a função do capital social básico na promoção de condições do desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas (LIMA,2019).

A questão regional, vista na maioria das sociedades capitalistas, proporcionou um crescimento no número discussões e debates; estes, nas décadas de 1950 e 1960 foram polarizados por autores como Myrdal, Perroux, Hirschman, Christaller, de um lado, e autores de formação neoclássica, de outro. Inúmeros foram problemas encontrados na execução de políticas regionais e nos anos 1970 surgiram novas discussões a respeito da questão regional (TAVARES, 1987). Essas teorias enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento da região. Diferente das teorias tradicionais, essas passam a incorporar a ideia de economias externas¹ e a olhar a região em seu conjunto, com a

¹Economias externas – são benefícios obtidos por empresas que se formam (ou já existentes) em decorrência da implantação de um serviço público (por exemplo, energia elétrica) ou de uma indústria proporcionando as primeiras vantagens antes inexistentes. A existência de economias externas permite em geral a redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico (SANTOS, 2018).

estrutura produtiva, suas interligações comerciais e tecnológicas, indo além da preocupação com a localização individual de firmas (SANTOS, 2018).

Estudos sobre lugares centrais explicam determinantes da concentração econômica, demonstrando a importância das características produtivas de atividades, que demandem escala e consumo simultâneo para a produção, especialmente dos serviços. Essa teoria, acredita que são os “pontos do espaço” que os agentes econômicos buscam para efetivar suas demandas, e que esse ponto ganha destaque quando há uma grande promoção de bens e serviços mais procurados; no entanto, esse lugar central nem sempre corresponde a um centro geográfico, mas sim a distância considerada econômica. Esses estudos facilitam o entendimento dos desequilíbrios regionais e setoriais, assim como compreensão das relações entre áreas distintas, centrais e periféricas (LIMA, 2019 *apud* CHRISTALLER, 1966).

II. A PESQUISA

O estudo sobre o desenvolvimento de uma região pode ocorrer pela análise de fatores que estimulam a dinâmica populacional nos aspectos da mudança do trabalho, na estruturação do capital e atração das inovações, podendo esses serem favoráveis ou não ao bem-estar social e, caso seja favorável, pode promover criação de empregos, melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades. Entretanto, é necessário verificar se esse desenvolvimento foi suficiente para eliminar grande parte das demandas sociais da comunidade, pois de acordo com possíveis impactos socioespaciais, podem ser gerados malefícios como desproporção na distribuição de riqueza, adversidade ao meio ambiente, entre outros aspectos que dificultam o acesso ao bem-estar social de forma ampla.

Partindo desse entendimento, os encaminhamentos deste trabalho justificam o interesse em pesquisar a problemática que envolve o crescimento econômico, pois o debate construído nessa ótica qualifica melhor o entendimento em torno do desenvolvimento socioespacial e regional, principalmente dos lugares contemplados com grandes investimentos.

Dessa forma, é importante que haja uma análise e observação dos acontecimentos, mensurando o lado produtivo e o social, verificando a qualidade dos impactos provocados pelos investimentos, bem como as perspectivas orientadas para o futuro da região e os retornos proporcionais de melhorias e bem-estar da sociedade

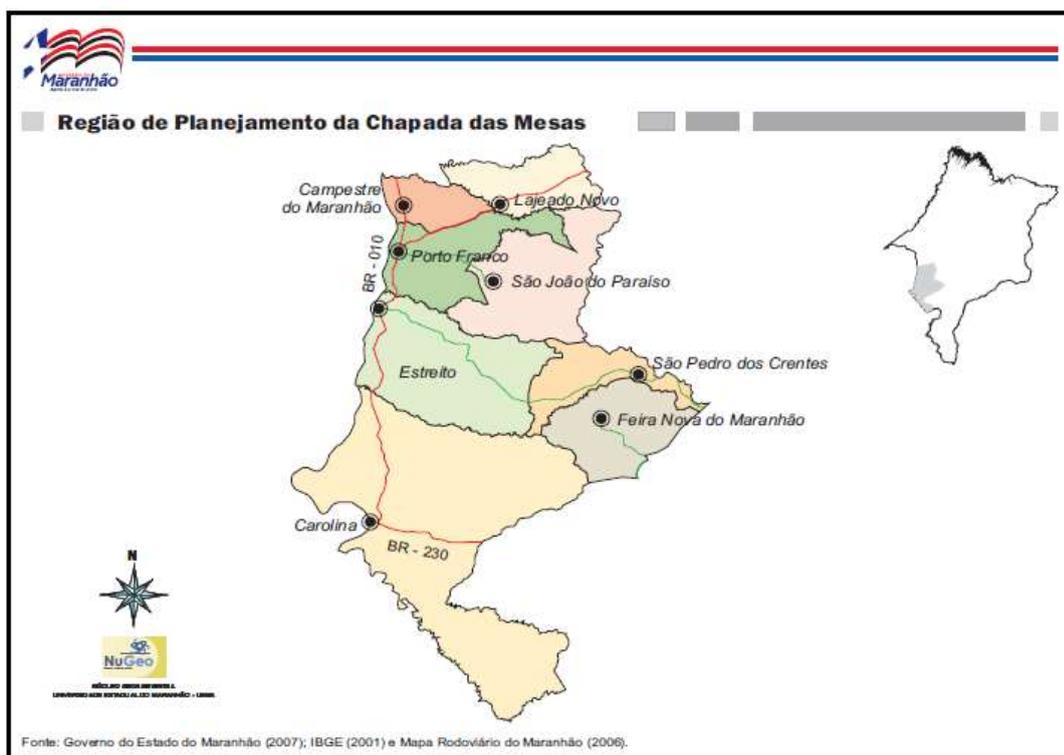
através de uma adequada moradia, boa prestação dos serviços de saúde, educação, lazer e segurança, entre outros aspectos como mobilidade urbana, coleta seletiva do lixo e regularidade no funcionamento dos órgãos municipais de proteção social.

Seguindo a linha de raciocínio e discussões sobre crescimento econômico é que se enquadra esta pesquisa, em nível de mestrado, que tem como campo empírico a Região da Chapada das Mesas e como objeto principal o município de Estreito/MA, apresentando aspectos integrados à doutrina do desenvolvimento regional. Esse município está localizado no Sudoeste maranhense e acolheu investimentos significativos a partir da primeira década deste século XXI, a exemplo da construção, implantação e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE.

A Região da Chapada das Mesas ocupa aproximadamente 16.748,1 km² e uma população estimada de 138.138 habitantes, em 2021. Tem o Tocantins como seu principal rio e recebe esse nome devido ao Parque Nacional da Chapada das Mesas, sendo que grande parte desta “Unidade de Conservação” está inserida nessa “região de planejamento”, cuja importância ecológica destaca-se por ser diversificada abrigando os biomas Amazônico e Cerrado (MARTINS; SALGADO; BARRETO; LIMOEIRO, 2016).

Segundo a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN, 2008), são oito os municípios que compõem a Região da Chapada das Mesas: Campestre do Maranhão; Carolina; Estreito; Feira Nova do Maranhão; Lajeado Novo; Porto Franco; São João do Paraíso; e São Pedro dos Crentes (Figura 1).

Figura 1 - Mapa da Região da Chapada das Mesas



Fonte: SEPLAN (2008).

A base da atividade econômica nessa região tinha como destaque os sertanejos, responsáveis pelo manejo de pastagens e cuida do gado, prestadores de serviços aos proprietários das fazendas em troca de um espaço ou pedaço de terra para construir suas moradas e realizarem o plantio de produtos característicos da agricultura familiar; esta base produtiva ainda se apresenta em algumas situações destacando as atividades da pecuária (MARQUES, 2012).

Atualmente, a região em tela possui uma infraestrutura "Rodoferroviária", sendo cortada pelas rodovias BR 010, BR 230 e BR 226, além da Ferrovia Norte-Sul. É bastante conhecida pelo seu ecoturismo, uma vez que o Parque Nacional da Chapada das Mesas (criado em 2005) é um dos grandes atrativos turísticos do Maranhão, tendo como portal a cidade de Carolina (SEPLAN, 2008).

A economia dessa região é formada principalmente, pela atividade do ecoturismo do município de Carolina, a produção de energia elétrica originada na Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), a indústria esmagadora de soja do município de Porto Franco e atividades agrárias, com lavouras permanentes e temporárias nos demais municípios. A região é destaque na produção de soja integrando o complexo

produtor de grãos denominado MATOPIBA² e o setor agropecuário, com grande produção de soja no Estado do Maranhão (IBGE CIDADES, 2022).

Entre os municípios que compõem tal região, existe um que possui destaque especial, sendo ele o município de Estreito, que sobressai por sua localização estratégica, que concorre para os seguintes modais de transporte: rodovia, ferrovia e hidrovia; quando analisado seu crescimento econômico, observa-se também a ocorrência de expressiva ascensão populacional na primeira década deste século XXI, o que pode ser atribuído aos investimentos durante esse período.

Esse município ganhou destaque nacional a partir da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito), construída e organizada pelas empresas Engie, Vale, Alcoa e InterCement, que foi mais conhecida por CESTE (Consócio Estreito Energia), cujos investimentos envolveram capital nacional e internacional. A UHE Estreito tem uma capacidade nominal instalada de 1.087 MW (Megawatts), podendo abastecer uma cidade de até quatro milhões de habitantes (CESTE, 2019).

A construção dessa usina hidrelétrica proporcionou uma dinâmica populacional diferenciada com a frente de trabalho voltada para o empreendimento de grande porte, demandando atividades de planejamento da construção civil, instalações de equipamentos eletromecânicos, construção de lagos de acumulação e rede de distribuição de energia elétrica; há registro da contratação de mão de obra local e regional, atingindo aproximadamente 36.000 (trinta e seis mil) empregos diretos e indiretos, sendo que 85% desses eram de profissionais dos estados do Maranhão e Tocantins. Em 2006 a população de Estreito era de 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, tendo um aumento de aproximadamente 40% para o ano de 2019, ultrapassando os 40.000 residentes (LIMA, 2019).

A partir do exposto, o campo empírico dessa pesquisa enquadra-se nos estudos sobre o desenvolvimento e crescimento econômico e insere-se nas discussões sobre o desenvolvimento desigual e combinado, uma vez que essa região registrou inúmeras modificações, principalmente a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000 em que existiu uma remodelação nos incrementos e acumulação de capital entre municípios do Maranhão, ganhando principal destaque o município de Estreito e conseqüentemente, aumentando o seu índice de crescimento econômico

²Região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o MATOPIBA compreende o bioma cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de soja. A área reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares (EMBRAPA, 2022).

contribuindo, portanto, para a criação de expectativas e de uma nova dinâmica nesse espaço (LIMA, 2019).

Diante do exposto e considerando o arcabouço teórico que envolve o crescimento econômico, entende-se que é nesse sentido, portanto, que o problema que orientará a construção da dissertação através da seguinte pergunta-chave: Com base na interpretação dos dados oficiais relativos ao período 2000 – 2022, qual a dinâmica socioespacial de Estreito e sua repercussão para a Região das Chapadas das Mesas? Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar o crescimento econômico do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022. De forma específica: i) Analisar o processo histórico de crescimento econômico do município de Estreito - MA; ii) Explicar os fundamentos das principais teorias de crescimento e desenvolvimento econômico; iii) Analisar os principais investimentos e indicadores de crescimento econômico do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2021; iv) Analisar os impactos socioeconômicos favoráveis à população em Estreito – MA no período de 2000 a 2021.

Acredita-se que para analisar a dinâmica econômica de um município, assim como sua repercussão, é interessante pontuar algumas questões que motivem a investigação do próprio trabalho, portanto, as desenvolvidas para esta pesquisa são: O crescimento econômico surge com investimentos no município de Estreito, mas são todos os tipos de investimentos? Como identificar impactos socioeconômicos favoráveis à população em Estreito – MA no período de 2000 a 2021? Quais atores foram beneficiados com prováveis investimentos em políticas públicas no município de Estreito? Quais os indicadores de melhorias nos principais setores das políticas públicas em Estreito – MA no período de 2000 a 2022.

III. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS

Para compreender a dinâmica que ocorreu no município maranhense denominado Estreito, no período de 2000 a 2022, e poder analisar possibilidades de seu desenvolvimento socioespacial, esta pesquisa utilizou como método de abordagem o materialismo-histórico, uma vez que este busca constituir os elementos necessários para a compreensão do fenômeno do crescimento econômico, enquanto processo histórico-social.

O estudo do crescimento econômico e suas perspectivas para o município de Estreito passa por questões em que o foco principal e inicial se mostra mais evidente quando o “crescimento” é tido como prioridade. A escolha do método de abordagem como o Materialismo Histórico é justificado pela leitura da formação do município de Estreito. Suas classes sociais formam-se a partir do poder econômico que determina historicamente os governantes ao longo do tempo.

Convém ressaltar que, o materialismo histórico é um pensamento filosófico que tem a “matéria” como a primeira substância e a última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo; trata-se de uma concepção de mundo segundo a qual a realidade é a matéria em movimento e as suas condições materiais concretas de desenvolvimento são fundamentais para a explicação de fenômenos, que se apresentam numa investigação; esse método possui origem associada ao pensamento de Karl Marx e considera as formas de produção econômica como fatores essenciais do desenvolvimento das diferentes sociedades históricas (ALVES, 2010).

O espaço global é como uma superfície de lucro em que o capital se desloca como processo oscilatório, movendo-se geograficamente com o objetivo de explorar as oportunidades de desenvolvimento e a *mais-valia*, sem ter obrigação de pagar os custos do subdesenvolvimento; essa movimentação do capital de um lado para o outro, propicia surgimento de novas realidades, que são a face da contradição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, pobreza e riqueza (SMITH, 1988).

A partir do materialismo-histórico, constrói-se elementos essenciais para a compreensão do processo de formação histórico-social constituinte na dinâmica de desenvolvimento da região em estudo. Através desse método, consegue-se perceber que a maneira pela qual os homens procuram os meios de subsistência acarreta em suas representações sociais, pois as relações sociais de produção são, assim, fundamentais para os modos de ser e de pensar dos indivíduos e das classes pertencentes. Sabe-se que história não é um processo linear e contínuo, mas sim caracterizada pelas transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas (MARX; ENGELS, 2006 *apud* LIMA, 2019).

O Materialismo Histórico, a partir de Karl Marx, analisa a realidade utilizando-a como argumento, enfatizando a luta de classes e meios de produção. Marx defende que o melhor método a ser utilizado é o que parte do concreto para o abstrato e finaliza voltando ao concreto novamente. Não é possível abstrações sem o concreto, uma vez que ele é a síntese de muitas determinações, sendo uma unidade do diverso, de

maneira que no estudo se analisa a relação entre a formação e surgimento de Estreito/MA e a questão do desenvolvimento no contexto em que está inserido, de maneira que o concreto estará tanto no ponto de partida como no processo de síntese e resultado (PIO, 2020). Isso implica que:

Busca-se apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. A análise do real inicia do seu desenvolvimento histórico e da sua gênese, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade, neste caso será necessário entender o processo de formação histórica principalmente no que tange a questão econômica e social, para poder buscar as contradições e determinações que contribuíram para a realidade que se encontra (PIO, 2020, p. 21).

Marx constrói o materialismo histórico em oposição à dialética idealista de Hegel, uma vez que o idealismo, diferente do materialismo, tenta explicar o mundo pelas ideias, conceitos ou espírito. É uma doutrina que afirma ser a consciência, a ideia, aquilo que define o mundo e a existência do ser e das coisas. Já a visão marxista parte de uma abordagem ontológica do conhecimento da realidade que se fundamenta no conhecimento de cada modo do ser, bem como de suas interações com outros seres (LIMA, 2019).

Entende-se que, por meio do materialismo histórico a análise das trajetórias migratórias que constituíram a dinâmica populacional da região em estudo, implica a própria contextualização da integração da macrorregião Nordeste na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, compreendendo assim, como o processo vivido com suas polarizações integrou a região em estudo, criando necessidades e condições que influenciaram movimentos populacionais (LIMA, 2019).

Na concepção de realidade constituída a partir do materialismo histórico, as coisas na natureza e na história aparecem num determinado momento e em contínua transformação. Assim, esse método parte da concepção materialista da realidade e, através das análises, aborda de forma mais correta e abrangente os fenômenos e as leis que dirigem a sua evolução (THALHEIMER, 1979).

Se olharmos para o concreto apenas de forma rápida e sem critérios de análise, existe grande possibilidade de chegar em conclusões distorcidas ou precipitadas, a exemplo do entendimento de que melhorias pontuais significam desenvolvimento. Por isso, é preciso sair de uma análise superficial e partir para um trabalho intenso no intuito de captar a essência, pois o foco do materialismo histórico está no 'ser' e não nas abstrações da mente. Visto que o objeto de estudo não está apenas na cabeça do pesquisador, mas também no mundo real, o campo de estudo existe independente

das abstrações e por isso o objeto de estudo precisa ser determinado em todos os sentidos possíveis, uma vez que sem determinações será meramente fruto de abstrações (PIO,2020).

Assim, entende-se que através do materialismo histórico a análise das trajetórias migratórias que constituíram a dinâmica populacional do município de Estreito, estado do Maranhão, desde a sua origem, implica a própria contextualização histórica da integração da Região da Chapada das Mesas na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Nordeste do Brasil, compreendendo-se como aquele processo histórico e com suas contradições, integrou e se repercutiu na região, criando necessidades e condições que impulsionaram movimentos populacionais tanto internos quanto de outras regiões do País.

Para o alcance dos objetivos propostos, assim como execução da metodologia abordada, foi necessária a realização de inúmeras etapas, inclusive a inserção de parcerias com grupos de pesquisas de outras instituições de ensino superior, mesmo com pesquisas em localizações distintas. Para aproximar-se do pensamento científico e da escrita, pesquisadores precisam resistir às convicções que até então os dominavam; sabe-se que a ciência não existe fora da prática científica; então, os conhecimentos formados empiricamente por quem pesquisa não refletem necessariamente em conhecimento científico.

Gaston Bachelard foi um filósofo contemporâneo que defendeu muito bem essa tese, afirmando que era de suma importância o rompimento do atual modo de pensar sobre um assunto, substituindo-o pela complexa necessidade de aumentar o número de estudos e de reflexão de outro; Bachelard (1996) realizou grandes estudos sobre a epistemologia das ciências e um de seus grandes desafios foi o de enfrentar a procura de soluções nas contradições, sendo elas, na mesma proporção, muito longe e muito perto de uma “Arte” e de uma “Ciência” de sua época; ele afirma que foi necessário excluir sua própria história de pensamento “filosófico e racionalismo ativo” para poder estudar e compreender os problemas propostos pela imaginação poética (HINTERHOLZ, 2016).

Na obra “A formação do Espírito Científico”, Bachelard (1996) traz apontamentos sobre a verdadeira atitude do pensamento científico moderno; ele defende a ideia de que o espírito científico pode cometer um erro ao seguir dois caminhos diferentes: “a atração pelo particular e a atração pelo universal”; o autor afirma que o primeiro é formado por um conhecimento em compreensão e o segundo

por um conhecimento em extensão; desse modo a formação de um conhecimento científico é igual à sua capacidade de “deformação” e para alcançar novos conhecimentos é necessário a desconstrução dos conhecimentos pré-existentes e a criação de novos, buscando diferentes conceitos a serem aplicados. É nessa situação que dá caracterização ao novo racionalismo, sendo ele composto pela união da experiência com a razão; cabe ressaltar que a tão comum separação entre a teoria e a prática excluía a precisão de incorporar as condições de aplicação no próprio âmago teórico (BACHELARD, 1996).

Neste trabalho, os conceitos que deram base para o deslançar da pesquisa foram: “crescimento econômico, desenvolvimento regional e espaço”. Quanto ao recorte espacial e temporal do objeto de estudo, Marx (2003), afirma que quando há um estudo sobre um determinado objeto, o isola-se o (específico) do todo (geral) para que haja uma delimitação e análise do campo de investigação. No entanto, este isolamento ocorre para se conhecê-lo, uma vez que no contexto do real nada é isolado. Não se pode deixar de lado as mediações que compõem esse objeto.

Assim, o recorte espaço-temporal desta pesquisa em nível de mestrado ficou delimitado com o período de 2000 a 2022, analisando-se a dinâmica socioespacial da Região da Chapada das Mesas no âmbito do desenvolvimento capitalista, tendo como base a perspectiva teórica-metodológica e ideológica de Karl Marx. Para organização e execução do plano de investigação, utilizaram-se fontes documentais e bibliográficas, traçando-as com base teórica, buscando compreensão sobre as alterações socioespaciais materializadas no município de Estreito.

A pesquisa foi estruturada em dados secundários, mais precisamente junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, micro dados do Censo 2000 a 2021; Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC; Escritório Técnico do Banco do Nordeste do Brasil – ETENE; Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados – CAGED; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/Ministério da Educação e Cultura – MEC. Juntam-se a esses dados levantamentos através de entrevistas semiestruturadas, utilizando parte da população identificada no recorte temporal deste trabalho, como grupos atingidos direta ou indiretamente pelo processo de crescimento econômico de Estreito. O processamento dos dados consistiu na construção de quadros, tabelas, mapas e gráficos

contemplando setores com a seguinte denominação: renda, educação, saúde, trabalho, Produto Interno Bruto e Valor Adicionado bruto.

Os dados que fundamentam as discussões foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas aplicadas no período de 20 agosto de 2022 a 20 de novembro de 2022 e se concentrou em dois grandes bairros da sede do citado município: o primeiro, o bairro “Pôr do Sol”, é ribeirinho e foi atingido diretamente pelos grandes investimentos promotores de “crescimento” dessa cidade; o outro bairro é denominado Centro, concentra grande parte dos empreendimentos locais, assim como foi este o primeiro criado na cidade, sendo que lá localiza-se a “Colônia de Pescadores Z 35”, em que houve reuniões com o pesquisador e os associados da colônia. Outros dados foram levantados com pesquisas bibliográficas envolvendo documentos oficiais e publicações acadêmicas.

A discussão sobre crescimento econômico tem um direcionamento dialético, que ora apresenta as vantagens de um lugar pautado pela aquisição de riqueza, ora contesta a centralização dessa riqueza em poder apenas das classes dominantes. O formulário de entrevista aborda as seguintes questões: 1) dados pessoais (nome, idade, sexo, estado civil, naturalidade e endereço; 2) escolaridade; 3) profissão; 4) renda familiar; 5) tempo de residência no endereço; 6) número de componentes familiar residente; 7) quais os benefícios causados pelos grandes investimentos em Estreito; 8) quais as dificuldades causadas pelos grandes investimentos em Estreito; 9) quais os tipos de apoio recebido do governo municipal.

Como exposto, para realização da pesquisa, usaram-se estratégias da cartografia tradicional, elaborando mapas de territórios e distribuição populacional, assim como da cartografia social que apresentam diagramas de relações, divergências e intercepções de forças, coordenação, exposição, produções e estetização de si mesmo; método (materialismo histórico) utiliza metáforas espaciais, tais como: localização, campo, locomoção, território, domínio, solo, geopolítica, paisagem e outros mais, dando sinais de uma dimensão espaço-temporal em suas análises.

Existem várias cartografias possíveis quanto aos espaços a serem cartografados, implicando na importância de uma proposta metodológica estratégica para cada situação explorada; nessa “perspectiva, método e objeto são figuras singulares e correlatas, produzidas no mesmo movimento e que não se tratam de

metodologia como conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas como estratégia flexível de análise crítica” (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 26).

Para construção do trabalho foi necessário a utilização de pesquisa documental, sendo este um procedimento de compreensão e produção do conhecimento científico acerca de determinados recortes da realidade do objeto de pesquisa. Nesse caso, destaca-se que:

A pesquisa documental, enquanto estratégia de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador (SILVA; DAMACENO; MARTINS *et. al*, 2009, p. 4556).

Nessa conjuntura, utilizou-se de técnicas de pesquisa como levantamento teórico, bibliográfico, cartográfico e documental. Os dados sistematizados possibilitaram a geração de resultados, o que contribuiu para diversas comparações e conseqüentemente um estudo analítico apontando tendências e níveis de probabilidades para situar a região em estudo e o município de Estreito como polo de crescimento econômico.

Para melhor exposição e entendimento da pesquisa, optou-se por organizar a dissertação em 3 capítulos articulados entre si e que se mostraram essenciais à melhor compreensão do objeto estudado, sendo o primeiro: Crescimento Econômico e Desenvolvimento Regional; o segundo aborda Crescimento Econômico do Maranhão a partir da Segunda Metade do Século XX; e o terceiro trata das Características e Perspectivas do Município de Estreito.

CAPÍTULO 1: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

É possível entender que o crescimento de uma economia está assinalado pelo desenvolvimento da força de trabalho; este encontra-se intimamente interligado à questão da presença da educação, incorporando importante papel no ajustamento de ambos no processo de desenvolvimento e aprimoramento do bem-estar social de uma população. A educação pode promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos inovadores, assim como a adoção de técnicas de produção transformadoras, capazes de aumentar a produtividade e, invariavelmente, a competitividade dentro do mercado produtivo (TEIXEIRA; SILVA, 2006).

Determinadas correntes econômicas, por certos instantes, divergiram quanto à finitude conceitual de crescimento e desenvolvimento, reforçando-se significativa confusão entre ambos. Porém, com o passar do tempo, incorporou-se o conceito da importância do crescimento para o desenvolvimento (MORAES, 2004; FRANÇA, 2012).

Outras concepções distinguem um conceito do outro, já que o crescimento pode variar naquilo que diz respeito ao produto, enquanto o desenvolvimento vincula-se claramente à melhoria na qualidade de vida das pessoas, resultando dessa forma, uma ocasião econômica e social do crescimento da renda. França (2012) aponta que o desenvolvimento econômico pode ser interpretado como a junção do crescimento econômico continuado, capaz de gerar alterações estruturais e afirmativas nos códigos econômicos e sociais dentro de uma contextualização mais ampla de beneficiários que regulam o sistema econômico (DALPIAZ; PEREIRA; MALASSISE, 2016).

O desenvolvimento e crescimento econômico se alteram no transcorrer da história, instaurando-se no século XX através de uma forte preocupação por parte dos economistas que se lançam na questão do crescimento econômico propriamente dito, focados na procura pelo poder de um modo geral, sem o mínimo interesse em promover qualquer tipo de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. França (2012) reforça que, especificamente, no período pós-Segunda Guerra Mundial, com o advento da Grande Depressão Americana, a temática do desenvolvimento econômico assumiu grande impulso e, conseqüentemente, maior empenho governamental na

tentativa de instaurar políticas adequadas que sejam capazes de conter o desemprego, assim como a recorrente crise econômica iniciada naquele instante que se evidenciava pelo estabelecimento de diferenças sociais e econômicas entre os países ricos e pobres (DALPIAZ; PEREIRA; MALASSISE, 2016).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a unificação de capital seja a responsável pelo crescimento econômico à medida que se considere que os instrumentos de produção e conhecimento, conjuntamente com as inovações tecnológicas, fortalecem o aparecimento de mais empregos em decorrência da adequada divisão do trabalho, incluindo-se aí a especialização da mão de obra. Nesse caso, é entendido que a real necessidade da otimização dos recursos naturais está associada à elevação da produtividade humana, que se atrela ao crescimento salarial e, invariavelmente, ao consumo de bens e serviços (FIGUEIREDO, 2004).

Essa contextualização deve ser incorporada à questão financeira, especialmente se pensarmos na imprescindibilidade do investimento para a geração de lucro, tão aguardada pelos capitalistas, incorrendo, portanto, na necessidade efetiva da participação do Estado na produção de investimentos múltiplos. Na contramão do crescimento econômico encontra-se o subdesenvolvimento resultante das associações históricas econômicas, sociais, políticas e religiosas, do passado e presente, que se incorporam a países desenvolvidos ou não, entendendo-se que o subdesenvolvimento é consequência da ligação subordinada aos centros (FRANÇA, 2012).

Provavelmente é possível associar, ainda, ao crescimento econômico o desenvolvimento tecnológico, quando abordado por meio de uma visão microeconômica, salientando-se que esse incremento, assim como o desenvolvimento, carece da incorporação de novas ideias e, sobretudo, investimentos (FIGUEIREDO, 2004). Esse autor acredita ser impossível estabelecer o crescimento econômico sem que se haja uma forte restrição dos mercados externos, cabendo essencial necessidade do estabelecimento de investimentos diretos de estrangeiros, considerando-se que os países subdesenvolvidos carecem da incorporação de capitais para que haja a sustentação de suas exportações (FRANÇA, 2012).

Evidencia-se, ainda, que dentre os economistas estudiosos da dinâmica do crescimento econômico imperaram concepções diferenciadas, como desenvolvimento sustentado, aquele que supre as necessidades do presente sem o comprometimento da capacidade das futuras gerações em atender suas próprias

necessidades; ou definindo de forma semelhante, desenvolvimento sustentável é o gerenciamento e a manutenção da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional na maneira como assegurar a presente e contínua satisfação das necessidades humanas para o presente e as futuras gerações. Referindo-se ao progresso tecnológico e os correspondentes que condicionam o aumento da capacidade produtiva da economia, tem-se: a) a dimensão temporal com o primado da dinâmica de longo prazo; b) o nível dos resultados do processo - refere-se ao aumento da oferta de bens em termos quantitativos e qualitativos; e, c) as condições de viabilização do processo (SANTOS, 2018).

Observa-se, ainda, que estudiosos da dinâmica do crescimento econômico imperaram concepções diferenciadas quanto a tal temática, iniciando-se no fim do século XVIII e no começo do século XIX um pensamento moderno, porém enraizado em concepções antiquadas que acreditavam em elevada taxa de crescimento do PIB per capita, e em uma rápida transformação das estruturas sociais. Percebe-se claramente, com toda a contextualização apresentada, considerável confusão teórica quanto ao que vem a ser crescimento e desenvolvimento econômico, modificando-se com o decorrer do tempo sua significação, fruto de todo um trajeto histórico mundial. Mas o que fica como base de estudo é que o crescimento econômico está mais voltado a fatores como o aumento da produção, do consumo e da renda e que o desenvolvimento econômico, por sua vez, envolve tudo isso, mas com a melhoria social, que inclui aumento da escolaridade e da renda per capita, bem-estar social (DALPIAZ; PEREIRA; MALASSISE, 2016).

1.1 Desenvolvimento x crescimento econômico

Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população. Esse processo histórico surge quando um país realiza sua revolução nacional e industrial e, desse modo, completa sua Revolução Capitalista. O conceito de crescimento econômico torna-se mais claro com a adoção das perspectivas estrutural, schumpeteriana, keynesiana e novo-desenvolvimentista. Uma perspectiva estrutural, porque o desenvolvimento econômico envolve mudanças nas três instâncias da sociedade – mudança direta na instância econômica e mudança indireta nas instâncias normativa e cultural. Uma perspectiva schumpeteriana porque o papel do

empresário inovador é tão importante quanto o papel do Estado no processo de crescimento econômico (PEREIRA, 2015).

Na perspectiva keynesiana, o desenvolvimento econômico do lado da oferta; os países terão um bom crescimento se educarem sua população, se promoverem a ciência e a tecnologia, se praticarem política industrial e se investirem em infraestrutura; mas, exceto no caso desta última, essas atividades são esforços diários de milhões de pessoas; além de investir em infraestrutura, o governo deve criar oportunidades de investimento para as empresas, adotando políticas macroeconômicas que garantam a demanda efetiva (PEREIRA, 2015).

Nos países em desenvolvimento, a demanda efetiva não é plenamente suficiente para motivar as empresas competentes a investirem; é necessário que tenham acesso à demanda, algo que não está garantido, porque os países em desenvolvimento enfrentam uma tendência cíclica e crônica de sobrevalorização da taxa de câmbio. Ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, nos em desenvolvimento uma população instruída, empresários inovadores, empresas eficientes e demanda sustentada não são condições suficientes para o investimento e o crescimento, considerando que suas taxas de câmbio são cronicamente sobre apreciadas. Assim, são necessárias políticas econômicas para neutralizar essa tendência e garantir que a moeda nacional flutue em torno de seu equilíbrio competitivo (PEREIRA, 2015).

O desenvolvimento se insere na resultante de uma construção social que permanece atualmente como a causa principal do desenvolvimento humano. Isso se verifica pelo fato de que homens e mulheres passam a maior parte de seu tempo trabalhando para obter maior segurança econômica e melhores padrões de vida; passam muito menos tempo lutando por objetivos políticos, sociais e ambientais. Um segundo argumento é que todos os outros objetivos políticos importantes que as sociedades modernas fixaram para si mesmas dependem da existência de um excedente econômico (PEREIRA, 2015).

Nas sociedades antigas ou escravistas, esse excedente ao consumo necessário à sobrevivência era produto de pura extorsão, uma vez que o progresso técnico inexistia e não havia aumento do excedente econômico, ao passo que, desde a Revolução Industrial e o desencadeamento do desenvolvimento econômico, o excedente assumiu o caráter de lucro a ser obtido no mercado e não impediu que os salários também crescessem, desde que fossem limitados pelo aumento da

produtividade. As sociedades primitivas não produziam excedente econômico, razão pela qual não havia dominação; todos viviam no nível da subsistência (PEREIRA, 2015).

Com a Revolução Capitalista a apropriação do excedente econômico passou a ser o resultado das trocas no mercado e em seguida, com a segunda Revolução Industrial e a revolução organizacional, o capitalismo se transformou num capitalismo tecnoburocrático, no qual a apropriação do excedente econômico continuou a depender da propriedade do capital, mas passou a depender também do conhecimento técnico e administrativo (PEREIRA, 2015).

1.2 Desenvolvimento regional

Desenvolvimento regional é um tema considerado ainda de pouca visibilidade nos assuntos da conjuntura econômica e política de uma nação. E dessa forma as questões regionais se constituem, geralmente no horizonte de longo prazo de uma nação ou região. Referem-se a questões estruturais a serem equacionadas, removidas ou superadas. Estão no campo da necessidade de se empreender uma mudança estrutural, uma reorientação de sentido e de trajetória nas principais estruturas do desenvolvimento regional (BRANDÃO; NETO; CASTRO, 2017).

A criação de novos métodos de análise tem desenvolvido e enriquecido a discussão do que se percebe sobre a questão regional. O enfoque anterior, predominantemente sobre a análise de políticas regionais explícitas, passa a incluir uma série de temas nacionais com algum grau de rebatimento regional. A partir da constatação empírica do impacto das políticas sociais, por exemplo, sobre o desenvolvimento de regiões com grande número de beneficiados dessas políticas, evidencia-se a emergência de novas questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida de população residente em regiões menos desenvolvidas (BRANDÃO; NETO; CASTRO; 2017).

No início deste século (XXI) houve uma certa melhora no crescimento da economia mundial, de maneira que as perspectivas para a economia brasileira tornaram-se bem mais positivas, permitindo a retomada da capacidade de intervenção do Estado brasileiro em políticas regionais desenvolvimentistas; assim, em 2003, uma nova proposta de política de desenvolvimento regional passou a ser construída no governo federal e dessa vez procurou-se superar algumas das principais limitações das políticas anteriores. Uma das atitudes tomada pelo governo federal foi a instituição

e implantação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo como proposta o aumento da taxa de acumulação da economia nacional por meio da elevação do investimento público em infraestrutura como, rodovias, portos, aeroportos, comunicações e habitação (COSTA; RESENDE; MENDES; GALINDO, 2017).

A valorização de um planejamento do desenvolvimento regional conduzido de forma centralizada pelo governo federal deve ser revista e ajustada a um novo pacto federativo atual, promovendo planos estratégicos compartilhados entre União, estados e municípios. Não se trata apenas de definir as necessárias revisões e aprimoramentos no sistema tributário, atualizando as normas de captação e alocação de receitas fiscais. Tampouco significa somente delimitar responsabilidades e metas de execução na ação pública. Trata-se, fundamentalmente, de compatibilizar as capacidades financeiras e gerenciais locais às demandas sociais e econômicas específicas por meio da execução de políticas públicas conjuntas na provisão de bens e serviços públicos, considerando as heterogeneidades e as desigualdades sociais e regionais no país. A renovação e o aprimoramento do processo de planejamento, orçamento e gestão são essenciais nesse novo pacto federativo (COSTA; RESENDE; MENDES; GALINDO, 2017).

A organização de arranjos federativos entre União, estados e municípios faz parte de um novo pacto federativo cooperativo, coordenado ou articulado, que potencializaria a ação pública conjunta com repercussões locais relevantes na redução das desigualdades socioeconômicas e no estímulo ao desenvolvimento regional e nacional. Como consequências positivas associadas a esses novos arranjos estão a possibilidade de redução nos custos de provisão de bens e serviços públicos, a melhoria da capacidade gerencial e administrativa pública, a economia de recursos públicos e a maior eficiência, efetividade e eficácia da ação pública. A solução dos problemas regionais estaria, assim, intimamente ligada à constituição e à execução desse novo pacto federativo, promovendo mudanças profundas e avanços consideráveis nas políticas públicas e no planejamento regional (COSTA; RESENDE; MENDES; GALINDO, 2017).

Conhecer a política regional é particularmente relevante no Brasil, em que as desigualdades regionais de renda e indicadores sociais se apresentam de forma grave em nível mundial. Esse aspecto centralizador e concentrador do capitalismo moderno permanece relevante e nesse sentido, a ausência de políticas públicas ativas para a redução das desigualdades socioeconômicas regionais é uma questão problemática

principalmente no Brasil, país continental, entregue apenas às próprias decisões do mercado, a dinâmica regional tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país. O Nordeste Semiárido e a Amazônia Legal Brasileira compreendem alguns dos grandes espaços nacionais segregados por essa dinâmica regional seletiva (ARAÚJO, 1999 *apud* COELHO, 2014).

O estudo da desigualdade espacial da atividade econômica seguiu duas abordagens distintas, como a teoria da localização com características funcionais intrínsecas às unidades de produção e agentes do sistema econômico focadas nas causas da concentração espacial envolvendo certas características das unidades econômicas de produção, como tamanho, escalas ótimas, centralidade e o custo de transporte. A segunda abordagem parte da identificação das regiões e tenta explicar as relações inter-regionais (migrações, transferência de poupanças, comércio, etc.) por meio de modelos analíticos.

No âmbito dessas abordagens, algumas análises foram empreendidas, destacando-se a formulação de modelos históricos, lógicos, analíticos e estatísticos. Além desse tipo de análise, utiliza-se a formulação de sistemas de equilíbrio geral restritos geralmente à análise estática, sendo as matrizes de insumo-produto a aplicação mais comum. Todas essas tentativas foram realizadas com diferentes níveis de abstração (BRANDÃO; NETO; CASTRO, 2017).

Observando as bases da Teoria da Localização e raciocinando em termos de concorrência perfeita e distribuição homogênea dos recursos naturais sobre o espaço, Lösh (1954) demonstrou que uma hierarquia de cidades é inevitável se as unidades de produção de cada setor têm escalas diferentes, portanto, servindo a áreas de mercado de diferentes tamanhos. Essa hipótese de concorrência e homogeneidade da distribuição dos recursos naturais, demonstra que a forma mais racional da área de mercado seria a hexagonal, isto é, os produtores formariam uma rede de hexágonos contíguos, de tamanho ótimo e uniforme, para as áreas de mercado de cada atividade. Supondo-se que existam x atividades diferentes, existiriam x redes ótimas de hexágonos de tamanhos diferentes, de tal forma que, quando superimpostas, essas redes tenderiam a formar um sistema de hierarquia completo.

Lösch (1954) e Christaller (1966) abordam a Teoria do Lugar Central, esta foi considerada uma teoria da estrutura espacial do mercado mais inovador e de maior sucesso; mencionada teoria descreve o número, tamanho, espaçamento e composição funcional de centros comerciais, num mundo microeconômico de livre

concorrência típico em que adicionalmente foram especificadas condições relativas à geografia: quanto aos consumidores, fornecedores e quanto ao espaço geográfico (BROWN 1992; BEAVON, 1977), sendo base para os estudos de rede urbana.

O aspecto do crescimento econômico, presente nesta pesquisa, pode ser analisado a partir da teoria de polarização, na perspectiva de encontrar elementos que indiquem possibilidades de polarização no município de Estreito. Essa teoria foi desenvolvida inicialmente por Perroux (1977) e por ser bastante flexível, presta-se a análises parciais enquanto o conceito de polos de crescimento permite realizar interpretações dinâmicas. Essa teoria pode ser facilmente acoplada a outros conceitos da teoria de localização; há, por exemplo, muito em comum entre o conceito de área de polarização e os de área de mercado, área de oferta/demanda. A teoria de polarização também pode ser aplicada no contexto de modelos inter-regionais.

CAPÍTULO 2: CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MARANHÃO A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Buscando estabelecer uma ligação com o crescimento econômico do Maranhão, este capítulo apresenta informações sobre a formação econômica desse Estado a partir da década de 1950, para assim facilitar as explicações sobre os desdobramentos regionais ocasionados a contar de então. Contudo, convém ressaltar que a burguesia agroexportadora maranhense sempre buscou investir seus capitais acumulados em diversos setores e que a ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República (FERREIRA, 2008).

Essa tendência explica, em consequência, porque a reprodução do capital nas economias dependentes, em vez de basear-se principalmente no aumento da produtividade do trabalho e na conseqüente redução do valor da força de trabalho – a mais valia relativa clássica –, continua baseada largamente em modalidades regressivas de exploração. A conformação de um salário que, em média, situa-se abaixo do valor da força de trabalho, desestimula o capital a recorrer ao uso de maquinaria em larga escala, reduzindo o campo para o aumento da produtividade do trabalho (ARAÚJO, 2014). Com efeito:

O Maranhão é um estado da federação que hoje ocupa uma das últimas posições em termos de crescimento da renda per capita. Na verdade, o atraso da economia maranhense está associado à sua estrutura agrária e às formas de relações sociais predominantes desde os seus primórdios. De fato, a economia maranhense até hoje concentra a maior parcela da sua população no meio rural. A pobreza é a principal marca do Maranhão, um estado dominado por uma oligarquia agrária que tem no Estado o seu principal instrumento de manipulação da política de favores em todos os seus municípios. Sendo uma economia de base agrária secular, e com uma estrutura de dominação centrada no capital mercantil, a mudança de uma economia com essa estrutura para uma economia moderna requer uma ação integrada do Estado federativo que envolva a participação da sociedade civil (MESQUITA, 2011, p.12).

A atual formação social da economia maranhense é composta por camponeses e por grandes latifundiários do agronegócio, sendo que os primeiros utilizam a terra para produção de alimentos para o seu sustento e os segundos são imigrantes com destaque para a macrorregião Sul do Brasil, mais especificamente gaúchos, que investem principalmente na produção de soja para exportação. Em síntese, o campesinato compõe a base da mão de obra “agrícola familiar” de subsistência, que

utiliza sua produção para autossustento e comercialização dos excedentes, e em contrapartida, o agronegócio se apropria e utiliza maquinários e técnicas modernas com meios de produção para concentração e acúmulo de capital (MESQUITA, 2011).

A integração do Maranhão com o desenvolvimento do Brasil começou a se destacar por meio da construção de rodovias que ligaram o Maranhão com outros estados a partir do final da década de 1950, como as rodovias Belém/Brasília, São Luís/Belém e São Luís/Brasília. Essas rodovias permitiram o uso de novas áreas de terra, a integração econômica com o restante do Nordeste e com outras regiões do Brasil, assim como intensificaram o processo de imigração iniciado no final da década de 1940 com a chegada de alguns nordestinos, que foi incrementado com o programa de colonização da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) na década de 1960 (OTATTI, 2013).

As terras destinadas a esse processo de integração e ocupação seriam as terras ociosas e teriam como função aumentar a produção de alimentos para consumo na área urbana industrializada e assim, ajudar no desenvolvimento industrial dos grandes centros nordestinos conforme a planejado pela SUDENE e esse processo através do avanço da ocupação na direção das terras úmidas maranhenses, contribuindo com a redução do desequilíbrio entre os fatores mão de obra e terra, que hoje caracteriza a economia nordestina (FURTADO, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, o Maranhão tornou-se um campo de expressiva aplicação de capital, tanto nacional como internacional. Essa inserção financeira foi dirigida à produção em grande escala e direcionada ao mercado externo. Segundo Barbosa (2011), esse "volume de capital" foi essencial para a formação do denominado "Maranhão Moderno"; esse modelo de gestão foi comandado pelo então governador (1965-1969), José Sarney; no início da década de 1970, a "modernização" estadual foi estimulada por meio da grilagem de terras, uma vez que existia a concepção de que para proporcionar crescimento e desenvolvimento do Maranhão era necessário usufruir dos recursos que o território tinha em demasia, ou seja, "terras devolutas".

Até esse período, a economia maranhense era baseada na pequena produção de arroz e agricultura familiar, em que a primeira direcionava ao suprimentos de Estados do Sul e Sudeste e a segunda voltada à subsistência, outro meio de produção existente nessas áreas era o extrativismo, porém, com a criação da lei de terra em 1969, nasce o novo mercado de terras do Maranhão, que resultou na verticalização

de cercas de arames farpados em áreas de babaçuais, proporcionando o desmatamento e inserindo o rebanho bovino como novos residentes desses espaços. Nesse momento, ter a certificação de propriedade da terra passou a ser mais importante do que a produção realizada nela, uma vez que essa abundância de terra e facilitação de aquisição da mesma no território maranhense, atraiu grandes grupos, assim como influenciou e ampliou a atividade da grilagem; nesse período também ocorreram inúmeros confrontos entre comunidades resistentes e grileiros (BARBOSA, 2011).

A formação histórica do estado do Maranhão traz consigo o desenvolvimento de estratégias para expropriações de famílias de suas terras, levando em consideração que: “[...] a expropriação camponesa se dá através de mecanismos nefastos como a grilagem, que marcou profundamente a história estadual [...]” (AZAR, 2013, p. 26). Essa mercantilização das terras teve suporte da Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO e da Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA; daí, pode-se afirmar que essas diligências políticas institucionais foram coordenadas pelo governo, cabendo destacar que este modelo de apropriação foi sustentado por incentivos fiscais e de créditos. Portanto, o Maranhão por meio de órgãos políticos de desenvolvimento, corroborava para a aquisição de terra e instalação de grandes projetos e empreendimento.

Em 1971 foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, possuindo um grande crescimento a partir de apropriação de terras maranhenses devolutas. Cabe ressaltar que, os grandes projetos acabaram beneficiando um público seletivo, e não foram os trabalhadores rurais; assim, o discurso da modernização beneficiou apenas os grandes latifundiários e as empresas do agronegócio, ocasionando um sistema de exploração danoso e violento contra o campesinato maranhense. A título de exemplo, tem-se que:

[...] a Companhia Maranhense de Colonização- a 6 de dezembro de 1971 (Lei 3.320), que logo incorporou ao seu patrimônio uma área de 1.700.000 hectares de terras localizadas no centro-oeste do Estado, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante e outra de 400.000 hectares na região de Maracaçumé atingindo o município de Turiaçu e limitando-se as terras da colonização (PEDROSA, 1999, p. 20).

No Maranhão, o desenvolvimento capitalista da década de 1970 tinha por base os incentivos fiscais, crédito subsidiado e políticas compensatórias, de maneira que a

dinâmica socioeconômica dessa unidade da federação assemelhava-se à do país, principalmente nas políticas de desenvolvimento regional, que tinham como objetivo acelerar o “desenvolvimento econômico”, consertar problemas existentes no território e proporcionar uma melhoria no acúmulo de capital. Portanto, foi com o interesse de proporcionar meios de investimentos em distintos setores econômicos, que o governo por meio das políticas macroeconômicas, políticas regionais, políticas sociais, assim como aplicação de verbas na infraestrutura, fez intervenção no sistema de “expansão” capitalista maranhense, abarcando principalmente áreas, atividades e setores atrasados (MESQUITA, 2007).

A partir da segunda metade do século XX o Maranhão conseguiu uma maior integração produtiva, influenciada principalmente pela intervenção governamental. O movimento de integração do Maranhão só se efetiva verdadeiramente após 1964, quando um conjunto de infraestrutura, sobretudo rodovias como a Belém/Brasília, São Luís/Belém e São Luís/Teresina o interligaram a pontos estratégicos do Centro-Sul, o que foi reforçados por ações da Sudene e da Sudam no sentido de financiar projetos de todo tipo, especialmente os agropecuários (MESQUITA, 2007).

Antes da aplicação do modelo desenvolvimentista, a participação do Estado do Maranhão na economia nacional era baseada na produção de pequenos agricultores, cuja atividade principal era a rizicultura, junto com a agricultura familiar, em que a produção era destinada ao mercado interno e servia de suprimento para núcleos urbanos do Centro-Sul do país. Com a chegada da política regional, a lei das terras, e a participação da SUDAM e da SUDENE, surgiram outras atividades, destacando-se a pecuária de corte, sendo a principal representante da produção da UF; em segundo lugar, tinha-se a agroindústria que realizava beneficiamentos de óleos vegetais e madeira, porém não chegava a competir com a criação de gado; posteriormente surge a produção de commodities agrícolas, com destaque para a soja (MESQUITA, 2007).

A introdução de capital para aprimoramento e sofisticação do agronegócio maranhense foi seletivo, promoveu benefícios para um grupo específico (detentores de grandes capitais), conseqüentemente, toda essa modernização econômica e produtiva não promoveu mudanças qualitativas no modelo preexistente, assim como não proporcionou uma ruptura nas discrepâncias sociais. Essa situação implica que:

Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não têm em si senão um interesse transitório e intermediário (BERMAN, 1986, p. 92).

Pode ser afirmado então, que a política econômica existente pode atuar como um meio de minimização das discrepâncias sociais e regionais, porém, quando ela prioriza efetivamente setores mais específicos, como os de superacumulação, ela pode ter resultado oposto.

A partir do momento que se constate um excelente retorno econômico (acúmulo de capital), qualquer tipo de atitude realizada pelo “homem” é permitida, ou seja, tudo aquilo que pagar bem terá livre aceitação; na visão da burguesia capitalista, a produção é sempre atualizada, isto é, se renova a cada período, pois cada produto/objeto tem sua vida útil e para que ele permaneça sendo competitivo é necessário melhorias e atualizações; podem ser citados como exemplo, produtos manufaturados e maquinários industriais, os quais são criados, porém com obsolescência programada, de maneira que posteriormente são aprimorados e responsabiliza-se por nova produção e promoção de acúmulo de capital (BERMAN, 1986).

Após quase meio século das aplicações com interesses desenvolvimentistas realizadas pelo governo do Maranhão, constata-se que os mesmos não foram alcançados; o objetivo era a inserção de espaços estagnados na economia produtiva; aquela ideia de aniquilar as desigualdades e exclusão social foi praticamente por água abaixo, uma vez que pode ser constatadas elevações do “desenvolvimento desigual” nesses espaços.

Cabe lembrar que nesse momento, inúmeros são os conflitos existentes entre comunidades locais, o Estado e latifundiários. O Maranhão passa a ser ocupado de norte a sul, ocorrendo a desapropriação de posseiros, elevação da grilagem e a expulsão dos trabalhadores rurais; tudo isso em prol dos novos meios de utilização do território, como o agronegócio (BURNETT, 2015).

Na realidade maranhense seguiram-se os incentivos ao desenvolvimento industrial, o que continuava a fomentar os latifúndios. Nos anos que se seguiram, 1980 e 1990, agravou-se o alastramento dos grandes projetos no âmbito rural e a intensificaram. Posteriormente, a atividade produtiva que ganha destaque é a de *commodities* agrícolas e a sojicultura torna-se a princesinha nos olhos dos produtores;

até meados da década de setenta do século XX não existia a participação de grandes grupos direcionados a esse produto no Maranhão; no entanto, a partir do final da década seguinte, começa a aparecer esses atores, mais precisamente nos municípios de Tasso Fragoso e Balsas; já na década de 1990, essa economia agrícola direcionada para exportação transforma-se em uma das principais atividades lucrativas no estado em tela; todavia, segue o mesmo modelo preexistente: concentração de terra, desenvolvimento desigual, conflitos entre comunidades locais e especuladores, entre outros (MIRANDA, 2010).

Cabe acrescentar a existência e as transformações socioespaciais da população, inversão da distribuição dos habitantes da zona rural para a urbana nesse estado, assim como a permanência da resistência e luta de comunidades indígenas, quilombolas, dos assentados, quebradeiras de coco, que formam uma barreira ao desenvolvimento capitalista (MESQUITA, 2011).

No que toca à questão social, percebe-se que as altas taxas de crescimento da economia maranhense dos anos recentes e as promessas de desenvolvimento baseada na introdução do grande capital no campo e na industrialização constantemente apregoada pela classe dominante e pelo governo de plantão ao longo dos últimos 40 anos, não têm dado cabo e muito menos de estabilizar a “miséria”. Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrao da maioria da população, especialmente a rural, e os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombos, indígenas, pescadores artesanais, etc. A concentração da renda e da terra continua alarmante, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo; esgotamento sanitário; acesso a energia e a coleta de lixo; esperança de vida; índices desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental. Estudos realizados pela ONU/IPEA e Universidades locais desde a década de 1990, demonstram o quadro de carência e de desigualdade em que se encontra a população. Isto coloca o Maranhão como um dos piores do país (PAULA; MESQUITA, 2008, p.13).

O governo de Flávio Dino (2015-2022), com o intuito de minimizar as discrepâncias, criou o programa social “Mais IDH”, afirmando que a prioridade era o combate das precárias condições de vida sofridas pela maior parte dos maranhenses, seu foco está na inserção desses atores nas atividades socioprodutivas das regiões mais improdutivas da UF. O programa, inicialmente selecionou trinta municípios e a regra de classificação para escolha foi baseada no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH global da ONU e o IDH Municipal do IPEA, as análises estão baseadas no eixos de Saúde, Educação e Renda, portanto, por meios de indicadores sociais retirados de órgão de pesquisas nacionais confiáveis, foram selecionados os trinta

municípios com a taxa de desenvolvimento humano abaixo da média; durante a escolha, foi constatado a necessidade de aplicação desse programa em cento e quarenta municípios, mas por ser um projeto piloto, preferiu-se uma quantidade menor, para que assim pudesse existir uma melhor noção de sua aplicabilidade. Isso posto, o objetivo de tal projeto é o rompimento das políticas anteriores, onde as elites locais ignoravam a realidade social do Maranhão, e cediam a um modelo produtivo direcionado ao mercado exterior, ocasionando assim a elevação das desigualdades regionais (BURNETT, 2015).

2.1 A soja no maranhão como fator de crescimento desigual?

No Maranhão, a soja foi introduzida nos municípios de Fortaleza dos Nogueiras e Riachão, pertencentes à Região Geográfica Imediata de Balsas e à Região Geográfica Intermediária de Imperatriz, a partir de 1984. A área de soja no Maranhão apresentou um tímido crescimento até 1990, em seguida passou a registrar incremento contínuo, principalmente a partir de 1992 quando fez parte da fase III do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), já com alguns benefícios obtidos através do Programa Corredor de Exportação Centro Norte (FERREIRA, 2008; IBGE, 2021).

Com a fase III do PRODECER, a produção ganhou incentivos, minimizando as dificuldades dos produtores decorrentes dos altos custos de produção, como falta de crédito e de acesso ao mercado externo. A estrutura desse programa criado pelo Governo Federal apresentava parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce, do Centro Nacional de Pesquisa de Soja e do Banco do Brasil e, com a colaboração do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dos governos dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins e da Prefeitura de Balsas. Isso possibilitou que os produtores desfrutassem de um maior volume de crédito para investimento (PALUDZYSYN FILHO; ZAGALLO, 1993).

A partir desse incremento é possível exemplificar, conforme o Quadro 1, os resultados em áreas plantadas de soja no Maranhão na safra de 2010. É um registro de 494.236 hectares distribuídos nas “Regiões Geográficas Imediatas” de São Luís, Caxias, Presidente Dutra e Imperatriz, tendo participação de 33 municípios que possuem a maior área plantada 87,56% (OTATTI, 2013).

Quadro 1 - Regiões e municípios produtores de soja no Maranhão, 2010

Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Municípios
São Luís	Tutóia-Araioses	Magalhães de Almeida
	Chapadinha	Anapurus Brejo Buriti Chapadinha Mata Roma Milagres do Maranhão Santa Quitéria do Maranhão São Benedito do Rio Preto Urbano Santos
Caxias	Caxias	Caxias Coelho Neto Afonso Cunha
Presidente Dutra	Colinas	Mirador Sucupira do Norte
	São João dos Patos	Pastos Bons Benedito Leite São Domingos do Azeitão
Imperatriz	Imperatriz	Estreito São Pedro dos Crentes Porto Franco
	Balsas	Alto Parnaíba Balsas Carolina Riachão Tasso Fragoso Feira Nova do Maranhão Fortaleza dos Nogueiras Loreto Nova Colinas Sambaíba São Félix de Balsas São Raimundo das Mangabeiras
	Barra do Corda	Formosa da Serra Negra Grajaú

Fonte: OTATTI (2013) – modificado pelo autor através de IBGE (2017).

A soja tem um papel determinante no crescimento econômico na agricultura brasileira, sendo reconhecida como uma *commodity* de muita importância para o agronegócio do país e caracterizada por um processo produtivo exigente, para além das questões econômicas tradicionais. O aumento observado em termos de produção trouxe consigo inúmeras discussões acerca da qualidade do que está sendo produzido, a preservação de recursos naturais, poluição do meio ambiente e eficiência econômica da produção. Especificamente no que se refere à produção de soja, tem-se a preocupação de que essa atividade seja baseada na sustentabilidade, ou seja,

que atue comprometida com a conservação da biodiversidade, racionalidade no uso dos recursos naturais, melhores condições de trabalho aos empregados e responsabilidade comprometida com as comunidades locais (LISZBINSKI; BRIZOLLA; PATIAS, 2021).

Uma produção sustentável deve estar relacionada à ideia de produzir a partir de práticas que atendam às necessidades do presente sem comprometer as necessidades potenciais do futuro, adotando-se técnicas que favorecessem a redução da necessidade de utilização excessiva de produtos químicos que degradam o meio ambiente, conseguindo assim, oferecer à sociedade um produto seguro para o consumo. Essa concepção vai ao encontro da proposição da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto aos objetivos de desenvolvimento sustentável, que preza por acabar com a fome e a má-nutrição, alcançar a segurança alimentar, além de promover uma agricultura sustentável. Assim, o desafio de aumentar a produção de soja fica submetido não somente às questões de sustento econômico, mas sujeita-se às pressões ambientais e sociais recebidas do mercado consumidor, de normativas e da sociedade em geral (LISZBINSKI; BRIZOLLA; PATIAS, 2021).

Observando o impulso da produção de soja na Região da Chapada das Mesas e a conexão com o município de Estreito, que se localiza estrategicamente através da proximidade com a rodovia BR 010 e a divisa com o Estado do Tocantins surge a preocupação com as características do desenvolvimento no âmbito das questões sociais e ambientais, pois essa concepção dialética envolve distintas discussões fundamentadas, não apenas buscando benefícios para a população, mas também defendendo interesses implícitos e complexos, que incluem as destacadas posições na produção de *commodities* em benefício do crescimento econômico do país e a sustentabilidade e responsabilidades com o futuro da população.

2.2 Região da Chapada das Mesas: uma abordagem local

Este subcapítulo tem o objetivo de construir uma base de dados históricos característicos do Sul do Maranhão, que permita fundamentar as análises em torno dos deslocamentos populacionais para seu povoamento e desenvolvimento regional. A soma das interpretações sobre as formas de ocupação espacial inclui naturalmente elementos essenciais da formação histórica do município de Estreito. É

principalmente, através da organização espacial dos municípios do Sul do Maranhão que se constroem explicações sobre a estruturação de grande parte dos fluxos migratórios para Imperatriz (SANTOS, 2021).

Os antecedentes históricos que relatam a elevação econômica do Sul maranhense envolvem discussões com direcionamentos, focalizando aspectos históricos. Dessa forma, as abordagens neste item contemplam prioritariamente o povoamento e as formas de estruturação da atividade econômica.

Quanto ao povoamento é importante ressaltar que, no século XIX o Sul do Maranhão era conhecido como o Sertão Maranhense (SANTOS, 2012). O sertão é conceituado por alguns autores como um lugar de terras distantes e pouco férteis (ARRUDA, 2000). No caso do Maranhão, essa “região” era também chamada de Sertão de Pastos Bons, que teve como pioneiros de destaque os criadores de gado e proprietários de engenhos de açúcar, oriundos de Pernambuco e Bahia (CABRAL, 1992). Historicamente, o Sul do Maranhão era habitado por tribos indígenas e os casos registrados como povoamento implicam entender a ocorrência de inúmeros conflitos, caracterizados por expulsão, apropriação de terras indígenas, escravidão e assassinatos.

O caráter histórico e dominador daquela época excluía o nativo do contexto econômico e em grande parte também dos registros oficiais, estabelecendo um povoamento através do processo migratório dos indígenas em fuga e dos não naturais, como migrantes, que chegavam ao seu destino. Na composição desse povoamento encontra-se também o escravo não índio trazido da África para trabalho nos engenhos (SANTOS, 2021).

Segundo os dados da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN, 2008), a Região da Chapada das Mesas está localizada no planalto maranhense, em que predominam serras em forma de chapadas. Nessa região foi criado o polo turístico da Chapada das Mesas³. O processo de colonização dessa

³ O Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma área de unidade de conservação que abrange 160.046 hectares de cerrado que ocorrem nos municípios de Carolina, Riachão, Estreito e Imperatriz (SANTOS, 2018). De acordo com o diretor de ecossistemas do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Valmir Ortega, a criação do parque faz parte do esforço dos órgãos ambientais do Governo Federal para elevar a área protegida no Cerrado. Pouco mais de 2,5% do bioma está resguardado em unidades de conservação federais e estaduais. Conforme Ortega, a pressão para novos desmatamentos impulsionados por carvoarias e abertura de novas frentes para a agropecuária é muito forte. "É uma corrida contra o tempo para salvar grandes remanescentes", ressaltou. A região que agora está abrigada dentro do Parque Nacional é extremamente rica em espécies de animais e de plantas, sem falar no alto potencial turístico em decorrência das belezas naturais da Chapada das Mesas. Os planos do Governo Federal incluem a criação de novas áreas protegidas no Maranhão, formando um "mosaico" com parques e reservas estaduais e federais e terras indígenas. A criação do parque era debatida e avaliada desde 2004, mas ganhou força no início deste ano com a realização de estudos de campo que comprovaram o que comprovaram o valor ecológico, social, econômico e cultural da [região \(AMBIENTE BRASIL, 2005\)](#).

região foi iniciado com a expansão da pecuária extensiva de subsistência, de complementação à cultura de arroz, principal produto, utilizando-se de um caminho natural através do rio Tocantins nos meados do século XIX. Suas potencialidades naturais favoreceram o dinamismo econômico e o processo de ocupação territorial. Grandes extensões de terra foram ocupadas para o desenvolvimento de atividades primárias, como a agricultura, pecuária e a extração de madeira (SEPLAN, 2008).

Os municípios que integram essa região são apresentados e caracterizados a brevemente a seguir.

Carolina/MA

O município de Carolina limita-se ao Norte com o município do Estreito-MA, a Leste com o município de Riachão - MA e a Oeste e Sul com o Estado do Tocantins, foi o centro econômico-financeiro importante do sul do Maranhão, com influência sobre grande parte do sul piauiense, Pará e norte de Goiás (atualmente Tocantins). Tinha comunicação com Belém pelo rio Tocantins e por avião com todo o País, na década de 1940 fazia voos para Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza, Carolina, Formosa e Bom Jesus da Lapa (QUEIROZ, 2000).

Campestre do Maranhão

origem desse município deriva da exploração e comércio da amêndoa do babaçu na década de 1950, nesse período o interesse na indústria de Belém do Pará por esse produto era grande. O coco babaçu era transportado em barcos, que partiam carregados de Tocantinópolis o povoado foi desmembrado do município de Porto Franco e foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Campestre do Maranhão, pela Lei Estadual nº 6.143, de 10-11-1994 (IBGE cidades, 2020).

Porto Franco

Este município foi elevado à categoria de vila em 1919. Em 1º de janeiro de 1920 conquistou sua autonomia, sendo desmembrado de Imperatriz. O povoado experimentou grande surto de desenvolvimento a partir de 1938, quando foi elevado à categoria de município e após a construção da rodovia Belém-Brasília, a partir de 1958, conquistando um rápido crescimento econômico e populacional. Antes da estrada, esse município era simplesmente uma pequena localidade às margens do Rio Tocantins. O município é banhado por esse rio e é cortado pelas rodovias federais

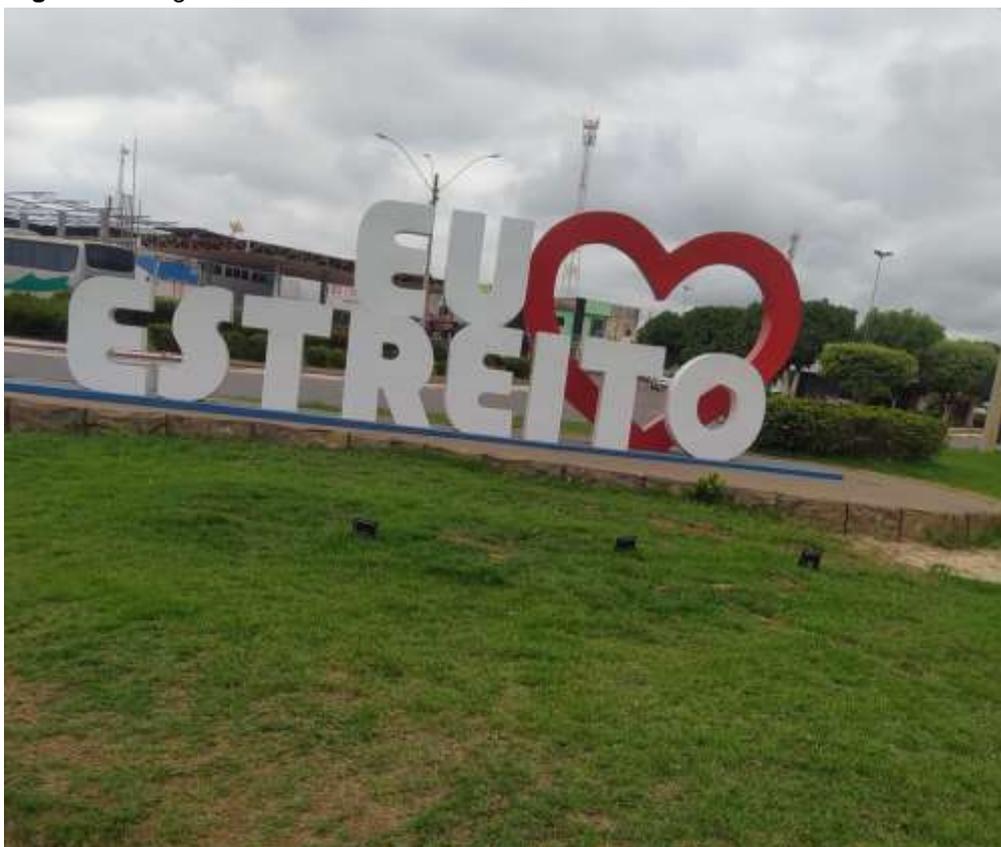
BR 010 (Belém-Brasília) e BR 226, pela rodovia estadual MA 336 e pela Ferrovia Norte-Sul (SANTOS, 2021).

Os outros municípios integram a Região da Chapada das Mesas, são: **Estreito, Feira Nova do Maranhão, Lajeado Novo, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes**. Esta dissertação dará ênfase para Estreito/MA

Estreito/MA

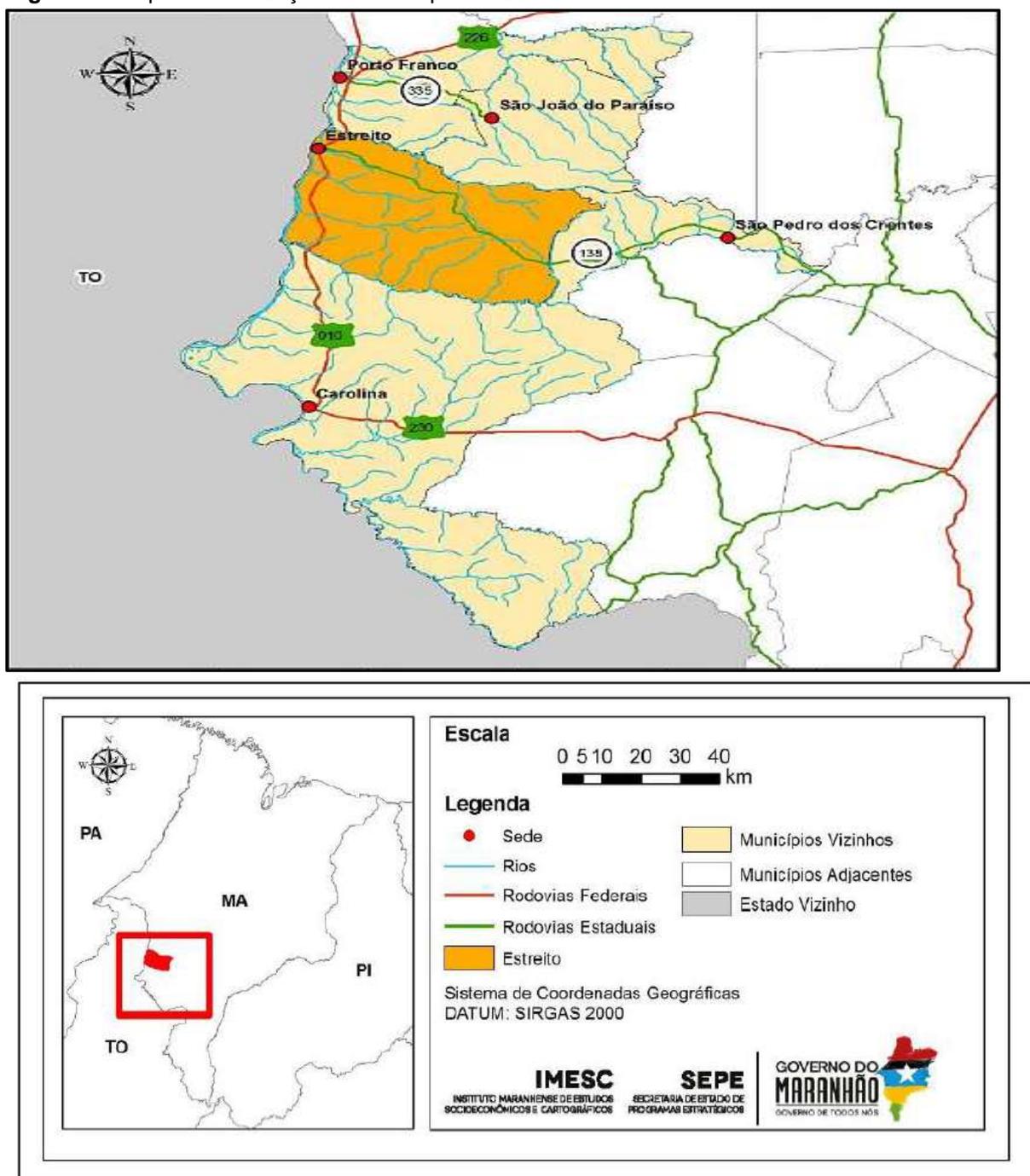
Distrito criado em 1948, subordinado ao município de Carolina. Elevado à categoria de município com a denominação de Presidente Vargas, em 1954, sendo com isso, desmembrado de Carolina. Em 1982 passou à categoria de município com o nome de Estreito (IBGE, 2022) - Figura 2 e 3.

Figura 2- Imagem do Letreiro da cidade de Estreito/MA



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Figura 3 - Mapa de localização do município de Estreito



Fonte: IMESC (2021)

A história do município de Estreito tem início no século XIX. Os primeiros moradores se fixaram em terras de propriedade de fazendeiros carolinenses (município de Carolina), ali desenvolvendo a lavoura e, mais tarde, a pecuária. Nos registros históricos desses pioneiros no povoamento de Estreito destacou-se Virgílio Rodrigues Franco. A história da povoação está dividida em duas fases, que inicialmente constata o rio Tocantins como fator de desenvolvimento, já que a

aquisição de mercadorias e o escoamento da produção só eram possíveis por esse rio. E na segunda fase aparece a implantação da rodovia Belém-Brasília, que impulsiona o grande crescimento socioeconômico desse município (IBGE, 2022).

Estreito é um município brasileiro do estado do Maranhão. Possui área de 2.718,978 km². Localiza-se a uma latitude 06°33'38" sul e a uma longitude 47°27'04" oeste, estando a uma altitude de 153 metros e a 750 km da capital, São Luís. Sua população era de 42.527 habitantes, em 2020. O nome Estreito é uma alusão a parte mais estreita do Rio Tocantins, onde se encontram construídas duas pontes, que unem os Estados de Tocantins e Maranhão: a rodoviária Ponte do Estreito MA na rodovia BR-010 e a ferroviária Ponte Ferroviária de Estreito MA na Ferrovia Norte-Sul (PREFEITURA DE ESTREITO, 2022).

Como supracitado, o nome Estreito faz alusão à parte mais estreita do rio Tocantins, como mostrado na Figura 3.

Figura 4 - Parte mais “Estreita” do rio Tocantins



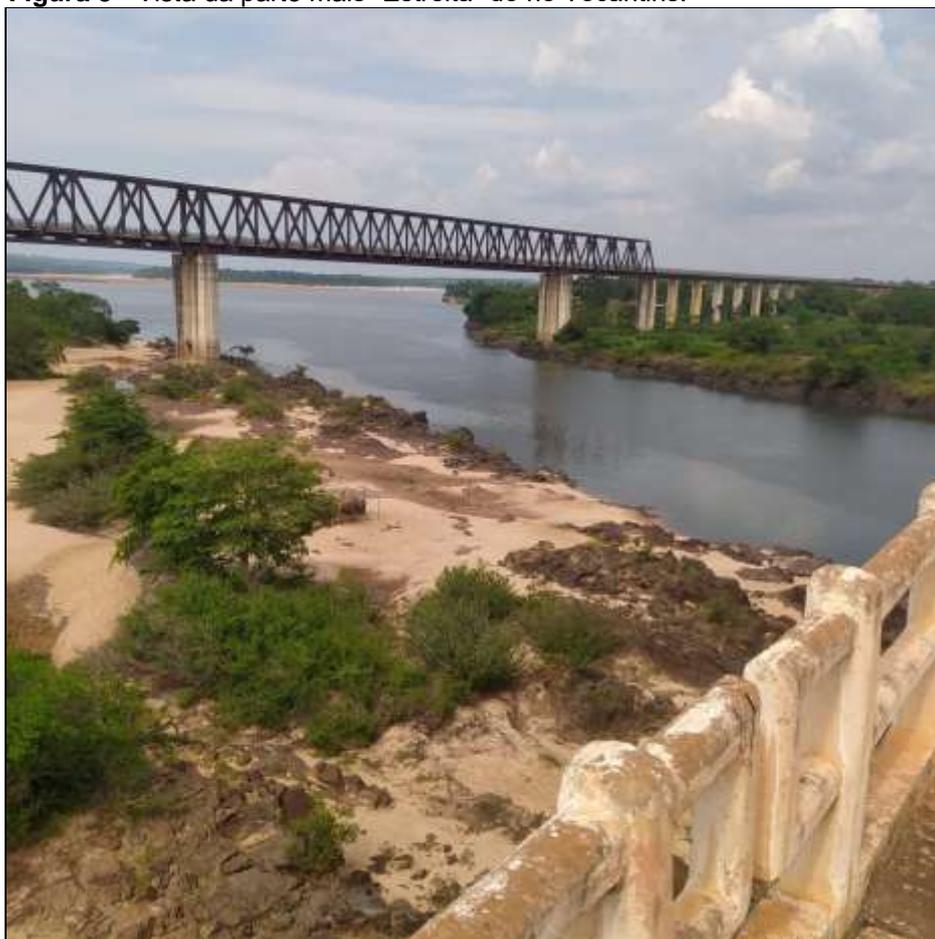
Fonte: Google Earth (2022).



Fonte: Voz do Bico (2019)

A Figura 4 faz referência à parte mais “estreita” do rio, na ocasião a imagem foi fotografada pelo autor (encima) da ponte rodoviária “Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira” podendo ser avistada a “Ponte Ferroviária de Estreito”, essa faz parte da Ferrovia Norte-Sul, indicando a noção da distância entre as duas margens do rio, sendo que de um lado (direito) fica o estado do Maranhão e do outro (esquerdo) o estado do Tocantins.

Figura 5 - Vista da parte mais “Estreita” do rio Tocantins.



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

O Quadro 2 revela uma visão ampliada do indicador populacional dessa região no último censo do IBGE (2010), em que se destaca o município de Estreito que se tornou referência nacional no campo de produção de energia elétrica a partir da implantação e funcionamento da Usina de Estreito – UHE, em 2012, localizada na divisa dos Estados do Tocantins e Maranhão. A barragem e demais estruturas associadas estão situadas nos municípios de Estreito (MA) e de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO). A UHE de Estreito fica a 130 km da cidade de Imperatriz

(MA), a 766 km da capital do Estado do Maranhão, São Luís, e a 513 km da capital do Estado do Tocantins, Palmas.

Quadro 2 - Indicadores populacionais dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2010

Região/ Município	Área (Km ²)	População 2010			Densidade Demográfica (hb/km ²)
		Urbana	Rural	Total	
CHAPADA DAS MESAS	16.764,8	82.336	42.645	124.981	7,45
Estreito	2.719,0	25.778	10.057	35.835	13,18
Porto Franco	1.417,5	16.866	4.664	21.530	15,19
Carolina	6.441,6	16.237	7.722	23.959	3,72
Campestre do Maranhão	615,4	10.621	2.748	13.369	21,72
São João do Paraíso	2.053,8	5.276	5.538	10.814	5,27
Feira Nova do Maranhão	1.473,4	1.927	6.199	8.126	5,52
Lajeado Novo	1.064,5	3.194	3.729	6.923	6,50
São Pedro dos Crentes	979,6	2.437	1.988	4.425	4,52

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo 2010.

O Gráfico 1 apresenta o Valor Adicionado Bruto (VAB), sendo este o Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Sendo ainda uma contribuição do PIB pelas atividades econômicas obtidas. O VAB é encontrado pela diferença entre o valor bruto de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (IBGE, 2022).

O Valor Adicionado Bruto mensura o quanto uma atividade produtiva acrescenta na economia de um país, estado ou município em determinado período de tempo. Em outras palavras, é o resultado do valor total produzido, menos o valor dos insumos utilizados no processo produtivo, não sendo considerados a margem de comércio e os impostos líquidos de subsídios sobre produtos. Seguindo esse conceito, apresenta-se, a seguir, o desempenho dos três setores da economia (IMESC, 2021, p.12).

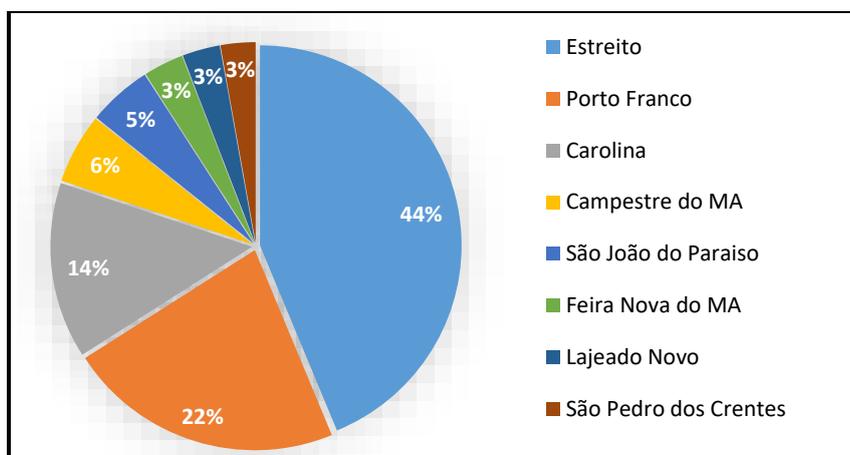
O VAB da região, externando a participação de cada município, facilmente é percebível constar quais os municípios são responsáveis pelas maiores participações. Estreito possui uma significativa vantagem sobre os demais, representando mais de 44% do VAB total, seguido por Porto Franco com 22% e posteriormente Carolina com 13%.

Gráfico 1 - Valor adicionado bruto dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2010 (x 1000)

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo 2010.

Assim, é fácil de observar um certo domínio e representatividade de Estreito sobre os demais municípios.

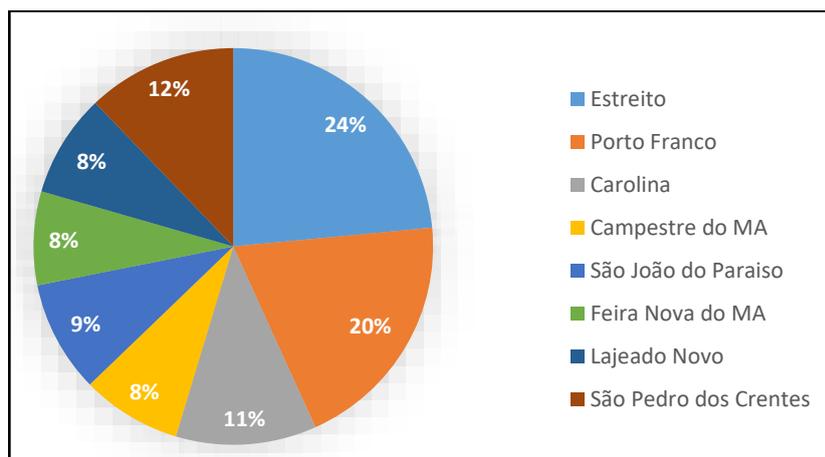
“PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano” (IBGE, 2022, p.1). Analisando o Gráfico 2, que diz respeito ao Produto Interno Bruto a Preços Correntes, observa-se uma participação de 44% para Estreito, enquanto os restantes 66% do Produto Interno Bruto ficam rateados entre os demais 7 municípios que compõem a região. O destaque para este município se dá pelo crescimento produtivo no setor industrial.

Gráfico 2 - Representação de participação do PIB nos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo 2010.

O Gráfico 3 representa a hierarquia municipal da renda per capita na região em estudo. Baseando-se no censo de 2010, o município de Estreito é soberano, representando 24%, com um valor de 12.416,80 R\$ enquanto o município de Feira Nova do Maranhão tinha uma renda per capita no valor de 4.036,54, ou seja, três vezes menor que o de Estreito.

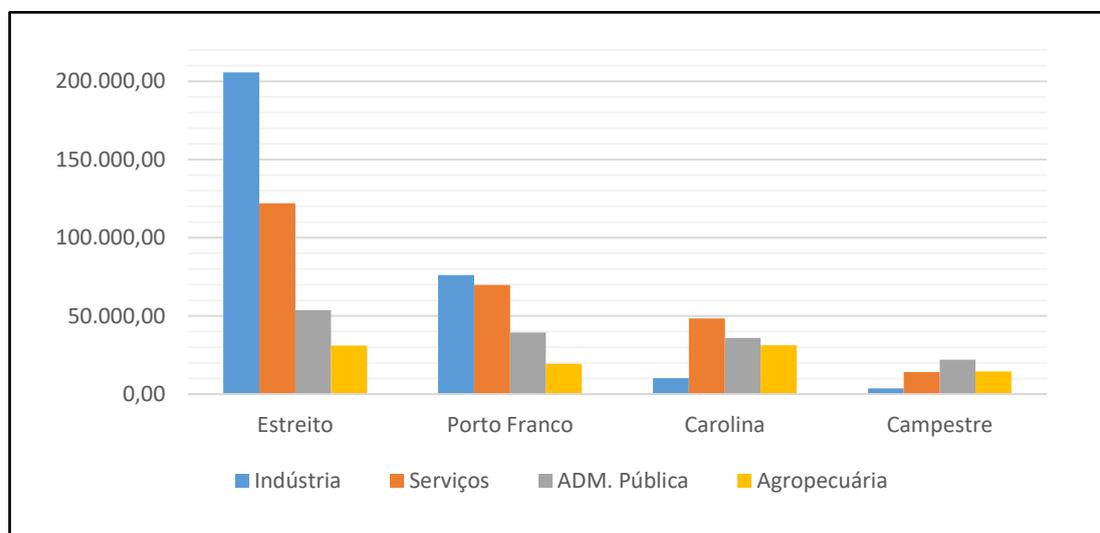
Gráfico 3 - Renda per capita dos municípios da Região da Chapada das Mesas – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo 2010.

Examinando as atividades econômicas das cidades que compõem a Região da Chapada das Mesas, é fácil identificar qual município se destaca e qual o maior gerador de renda deste. Analisando o Gráfico 4, o município que se sobressai é Estreito, tendo como principal provedor de renda, a Indústria, contribuindo com R\$ 205.673.000,00, seguido pelos Serviços R\$ 122.144.000,00, Administração Pública R\$ 53.707.000,00 e Agropecuária R\$ 31.084.000,00. Os quatro municípios mais notáveis, provedores de renda para a Região da Chapada das Mesas são: Estreito, Porto Franco, Carolina e Campestre do Maranhão, respectivamente. A ordem de participação das atividades desses são: Indústria, Serviços, Administração Pública e Agropecuária.

Gráfico 4 - Índice de Atividade Econômica dos 4 Municípios mais representativos da Região da Chapada das Mesas – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Censo 2010.

As atividades econômicas exercidas pelos municípios de menor participação financeira para região (não excluindo a importância desses), encontram-se na Agropecuária, Administração Pública, Serviços e Indústria, respectivamente.

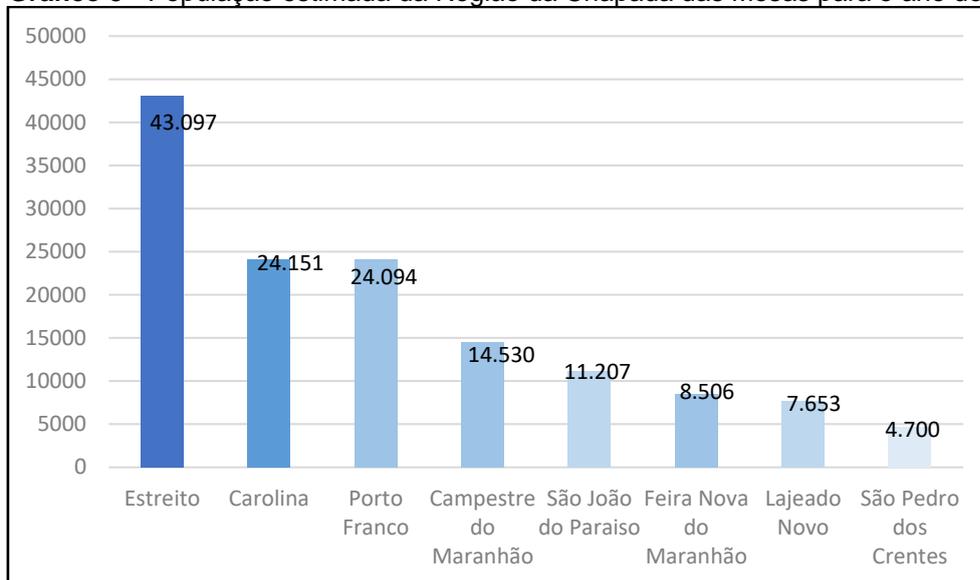
A grande quantidade de cidades pequenas no Maranhão precisam de planejamento e gestão visando a qualidade de vida da população local e não somente o crescimento econômico que beneficia grupos já privilegiados, ampliando as desigualdades sociais, de maneira que tais núcleos/pontos de concentração passam cada vez mais a apresentar problemas semelhantes aos centros maiores no que tange a emprego, transporte e mobilidade, educação, habitação, saúde, saneamento básico, violência, meio ambiente, entre outros (PEREIRA, 2015 p. 91).

2.3 Aspectos geográficos, sociais e econômicos da Região da Chapada das Mesas

Conforme pode ser verificado no Gráfico 5, do ano de 2010 para o ano de 2021 houveram algumas modificações no número de habitantes da região em tela, tendo como destaque Estreito, que se tornou a maior forma espacial urbana quando comparada com as demais cidades. Salienta-se que o referido município colabora diretamente para dinamização da economia na região em que está inserido, uma vez que comerciantes, empresários, agricultores, etc dos municípios circunvizinhos se deslocam a sede referida para que seja realizado acesso à prestação de bens e

serviços, assim como a compra de insumos para suas respectivas organizações/produções.

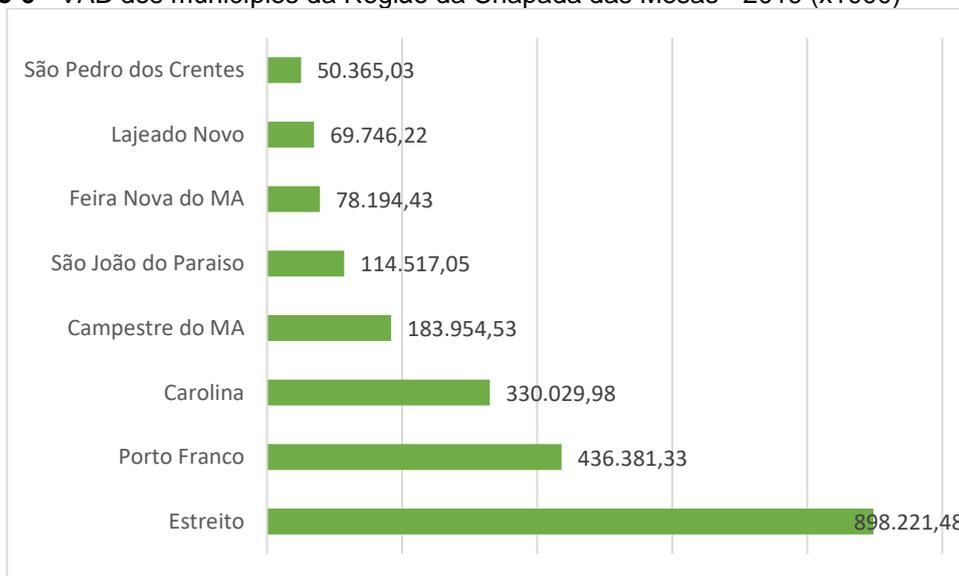
Gráfico 5 - População estimada da Região da Chapada das Mesas para o ano de 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Cidades 2022.

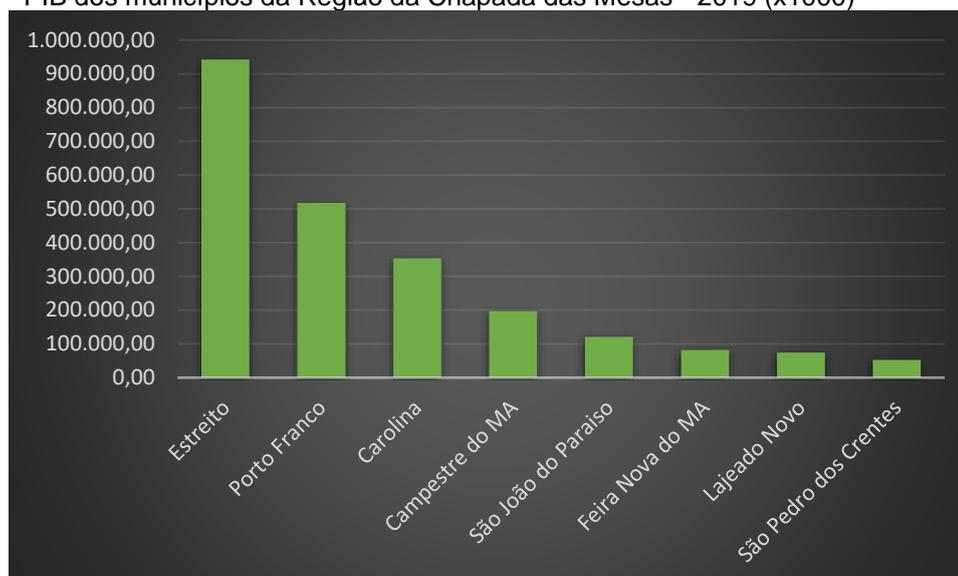
Cabe ressaltar que a questão das cidades se insere, de certo modo, no processo de desenvolvimento desigual quando se verifica a necessidade de se fixar próximo das áreas de maior absorção de mão de obra e maior prestação de bens e serviços; esta é uma das justificativas do crescimento populacional de Estreito.

Como dito anteriormente, “VAB” é valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) agrega aos bens e serviços gastos no seu processo produtivo, sendo calculado pela diferença entre o valor bruto de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isso posto, verifica-se no Gráfico 6 os dados mais recentes sobre o Valor Adicionado Bruto dos municípios da região em estudo no qual indiscutivelmente tem-se destaque produtivo para Estreito com um valor de R\$ 898.221.480,00 (oitocentos e noventa e oito milhões, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta) o qual representa mais que o dobro do VAB do município que ocupa o segundo lugar (Porto Franco) e mais que 17 vezes da quantidade do município que ocupa a última posição (São Pedro dos Crentes) com um Valor Adicionado Bruto de R\$ 50.365.030 (cinquenta milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e trinta). Percebe-se aqui uma grande representatividade econômica de Estreito na Região da Chapada das Mesas.

Gráfico 6 - VAB dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2019 (x1000)

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Cidades 2022.

O gráfico 7 mostra o Produto Interno Bruto a Preços Correntes dos Municípios, representando o ano de 2019 (sendo este o mais recente resultado publicado no site do IBGE no ano de 2022); quando comparado com o ano de 2010 houve notório aumento produtivo, mais que duplicando seu quantitativo, onde Estreito teve um PIB de 443 milhões no em 2010 e em 2019 passou a ter mais de 942 milhões. Fatores crescimento empresarial, melhoria na infraestrutura urbana, chagada de bancos e órgãos públicos podem ter colaborado com esse resultado, influenciando no aumento do empresariado em Estreito.

Gráfico 7 - PIB dos municípios da Região da Chapada das Mesas - 2019 (x1000)

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE/Cidades 2022.

2.4 Produção de energia elétrica a partir de Estreito

Em Estreito, a energia produzida por hidroelétrica surgiu e evidenciou o contexto do crescimento econômico. Esse tipo de energia é considerado uma energia renovável, pois aproveita os cursos d'água para mover turbinas que geram energia. Observa-se que, no Brasil, a fonte de energia mais abundante e de menor custo de geração tem sido de origem hidráulica. O setor elétrico, o maior usuário da água sem caráter de degradação, mas como modificador do meio ambiente, possui um importante papel no gerenciamento dos recursos hídricos do país (BORGES, 2014).

A história da hidroeletricidade no Brasil teve início nos anos finais do Império, proveniente do aumento das exportações do país, a exemplo do ciclo do café e da borracha, colaborando com a modernização da infraestrutura do país, tão necessária à produção e ao transporte de mercadorias. Assim, ocorreu um aumento das atividades industriais e da urbanização; entretanto, os investimentos na área de energia elétrica eram superficiais, e só depois de um tempo passou a ser bastante atrativo (Eletrobrás; Procel, 1998; BORGES, 2014).

O consumo de energia elétrica no Brasil entre 2002 e 2012 registrou um crescimento de 52,87%. Considerando que no Brasil a geração de energia elétrica fundamenta-se principalmente nas Usinas Hidroelétricas – UHE, muito se discute no país o uso do potencial hidroelétrico a partir de grandes projetos. A construção desses

grandes empreendimentos implica em impactos no ciclo hidrológico e alterações no meio ambiente de modo geral (BORGES, 2014).

A UHE de Boa Esperança, entre os municípios de São João dos Patos - MA e Guadalupe – PI, desde a década de 1960 está em funcionamento. Existem duas termelétricas sendo construídas, uma em São Luís e outra em Santo Antônio dos Lopes, o que propiciará aumento considerável no desenvolvimento desse estado, onde também há grandes investimentos para criação de mais hidrelétricas no Rio Parnaíba e no Rio Tocantins, em que está situada a hidrelétrica de Estreito (BORGES, 2014).

Com esses novos investimentos, o Maranhão terá uma das maiores produções de energia do Brasil, pois a estrutura montada ou em fase de montagem daria para produzir 11,600 milhões de megawatts, quase dez vezes mais do que o estado consome atualmente. A energia consumida pelos maranhenses é de 1.465.930 MWh, mas, deste total, somente o Consórcio Alumar fica com 900 mil MWh (BORGES, 2014).

O Plano Plurianual (PPA) federal, para os anos de 1996-1999 presumiu para o Maranhão aproximadamente quinze empreendimentos, entre os quais nove foram concluídos e levaram integração regional por meio da melhoria dos sistemas de transportes, assim como a implantação da oferta de energia elétrica por meio da expansão da geração e fortalecimento da infraestrutura de transmissão. Um dos empreendimentos realizados foi implantação de 120 km da Estrada de Ferro Norte-Sul, interligando o município de Imperatriz a Estreito, os quais foram aplicados R\$ 88 milhões, conseguindo então a conclusão do trecho Estreito-Açailândia, entrando em operação citada ferrovia, que passou a totalizar 226 km em território maranhense (FERREIRA, 2008).

O início da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito estava no PPA 1996-1999, porém foi postergado devido à restrição financeira e foi alterado para o PPA 2004-2007. Durante este período, o Consórcio Estreito Energia (CESTE) teve de desenvolver uma série de programas de fomento socioeconômico, a exemplo da relocação adequada, manutenção da rentabilidade e melhor aproveitamento das capacidades produtivas dos pequenos negócios, à reorganização das atividades minerárias, promover o fomento às atividades turísticas em sua área de influência e aumentar o plano de oportunidades de investimentos, fazendo que houvesse uma adequada interação entre a população, governos estaduais e municipais, e assim,

pudessem colocar em prática o projeto de contribuir positivamente para o desenvolvimento da região de sua área de abrangência (FERREIRA, 2008).

A UHE de Estreito foi projetada para criar 10.000 empregos diretos e aproximadamente 25.000 empregos indiretos a partir da sua construção. Seu processo de implantação foi compartilhado pelo consórcio empreendedor, constituído pelas empresas de consultoria *Montreal Engineering Consultant Limited* e *Crippen Engineering* (ambas canadenses), associadas à norte-americana Gibbs & Hill. Organizou-se, assim, a *Canambra Engineerig Consultant Limited*. A Usina Hidrelétrica Estreito está localizada na região Norte do Brasil, no rio Tocantins, na divisa dos Estados do Tocantins e Maranhão (Figura 5). A UHE Estreito fica a 130 km da cidade de Imperatriz (MA), a 766 km da capital do Estado do Maranhão, São Luís, e a 513 km da capital do Estado do Tocantins, Palmas (HOHN, 2016).

Figura 6 - Foto aérea da Usina Hidrelétrica de Estreito/ Consórcio Estreito Energia – CESTE



Fonte: Consórcio Estreito Energia – CESTE (2022).

A construção dessa hidrelétrica foi confiada ao consórcio CESTE ENERGIA, formado pelas empresas Tractebel, Vale, Alcoa e Camargo Corrêa, distribuídas em ações de 40,07%, 30%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A usina tem potencial instalado de 1087 MW/h e produz 641,08 MW/h de energia firme. A usina alagou doze municípios, sendo eles, Carolina e Estreito no estado do Maranhão, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Tupirantins, Aguiarnópolis no estado do Tocantins, desalojando aproximadamente 5 mil famílias (BATISTA, 2011; HOHN, 2016).

Considerando esse deslocamento de 5 mil famílias, a ocorrência de conflitos sociais foi inevitável, ou seja, pois havia atividades de agricultura e pecuária de subsistência, as pequenas propriedades, comunidades de pescadores entre outras

atividades comuns nos espaços que margeiam o Rio Tocantins, que sofreram consequências de um deslocamento compulsório (Figura 6) e diante de algumas perspectivas e incertezas que submeteram as famílias à uma nova reorganização no espaço, para abrigo e suporte das estruturas geradoras de renda.

Figura 7 - Mapa dos Municípios interferidos pela UHE Estreito.



Fonte: ENGIE Brasil(2018).

Todo empreendimento hidrelétrico deve dispor de um projeto básico ambiental; assim, a UHE de Estreito detém o seu, em que há especificidades sobre os programas ambientais previstos de acordo com o que foi prescrito no “Estudo de Impacto Ambiental” (EIA) e acordado nas condicionantes da Licença Prévia (BORGES, 2014).

Quanto aos aspectos da proteção ambiental, verifica-se que o projeto de construção da UHE de Estreito, além do cumprimento da legislação ambiental em vigor no Brasil, o consórcio organizado pela Alumar - CESTE teve como prioridade a elaboração de programas e ações sociais e ambientais dirigidos para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos pelo empreendimento. Esses programas ambientais foram desenvolvidos com base em critérios como conservação ambiental, investimentos nos recursos naturais, valorização do conhecimento e da cultura regional, e promoção da sustentabilidade social e econômica, envolvendo desde ações na área de monitoramento e gerenciamento ambiental, manejo de

recursos hídricos, conservação da fauna e da flora, educação ambiental, apoio às atividades comerciais e de serviço, fomento às atividades produtivas locais, turismo, cultura, urbanização, segurança pública, entre outras (MACHADO JÚNIOR, 2010; BORGES, 2014).

Cabe lembrar que, no sistema capitalista, a relação homem-natureza é melindrosa, pois a natureza é compreendida como um bem/produto e não como um recurso necessário para sobrevivência, como nas comunidades tradicionais, ela (a natureza) é considerada um recurso para capitalização de riqueza, da mais-valia, para a produção e reprodução do capital como pode ser visto na imagem a seguir. Isso implica que, a modificação da natureza ao longo do tempo é consequência do modo de produção e das relações econômicas, que reproduzem relações heterogêneas do homem com o meio (PEREIRA, 2015).

Figura 8 - Pescador em canoa com UHE ao fundo



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

O espaço se reproduz através de métodos dinâmicos de acumulação do capital, pela exploração de recursos e pela divisão internacional do trabalho. A produção e exportação de grandes volumes de *commodities* agropecuárias, que demandam alto consumo de água e minerais que demandam intenso consumo de energia, principalmente elétrica, provocam uma concentração de renda e riqueza entre camadas populacionais e regionais (PEREIRA, 2015).

Isto posto, cabe relatar que o Setor Energético provoca impactos multidimensionais em cadeia, iniciando na utilização dos recursos naturais necessários para sua produção em escala, e finalizando em seus diversos consumidores/usuários e seus diversos objetivos, configurando impactos globais, que corroboram para os grandes problemas ambientais existentes, como aumento do desmatamento, degradação das fontes naturais, descarga de efluentes e resíduos sólidos, desertificação, mudanças climáticas, conflitos socioespaciais pela implantação e construção de usinas hidrelétricas, o pode refletir negativamente no modo e nos meios de vida e nas relações socioculturais preexistentes das populações e comunidades atingidas (PEREIRA, 2015).

As externalidades são custos ou benefícios que não são incluídos nos preços e considerados como custos externos ou custos ambientais, todavia são pagos pela sociedade de forma indireta pela degradação ambiental, problemas de saúde, dentre outros. São atribuídos aos empreendimentos de geração de energia elétrica, os custos ambientais que não são incluídos no custo total do projeto. Esses custos são considerados custos de capital, de combustível de operação e manutenção, e estimam que para os empreendimentos que usam as tecnologias convencionais os custos de geração acabam sendo inferiores aos custos para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (BOLOGNINI, 1996; COELHO; BRIGHENTI (2004).

No entanto, na contramão dos impactos negativos supracitados, a energia elétrica é imprescindível para o desenvolvimento humano, pois ela impõe condições de acesso a bens e serviços básicos como: saúde, educação, transporte, lazer e consequentemente a melhor qualidade de vida dos indivíduos (PEREIRA, 2015).

Em março de 2007 quem cruzava a ponte Presidente Juscelino Kubistchek, na BR-010, que interliga o Maranhão ao Tocantins, vislumbrava-se pela estrutura na rodovia Norte-Sul, construída ao lado direito da estrada (Lima, 2010). Agora, passados seis anos, quem observa o lado esquerdo da estrada consegue ver que a paisagem modificou significativamente. O que antes era apenas mato, pedras e algumas poucas casas humildes, configurou-se em um dos maiores complexos hidrelétricos do país. A construção da UHE de Estreito mudou não somente a paisagem em Estreito; o município angariou uma nova estrutura com hotéis, casas de shows, postos de gasolina e outros diversos serviços para atender o fluxo de pessoas que se mudaram ou passaram a adotar Estreito como local de trabalho em função da hidrelétrica (LIMA, 2010 *apud* MASSOLI, 2014, p. 254).

Assim, alguma repercussões foram sentidas a partir da UH Estreito em que se destacam no aspecto socioeconômico o aprimoramento tecnológico, o

desenvolvimento regional, a criação de estudos e projetos de preservação e manutenção da biodiversidade, a expectativa da população rural e urbana com relação ao empreendimento, a perspectiva de geração de emprego e renda e possibilidade de atração de migrantes, elevação das necessidades de serviços de educação e saúde, aumento também as receitas tributárias e transferências, compensação financeira, elevou-se o número ocupação de serviços urbanos e reduziu-se investimentos nas propriedades rurais; no entanto, elevou-se também o índice de prostituição e de incidências de doenças endêmicas, o que possivelmente possibilitou o surgimento de doenças infectocontagiosas, parasitárias e avitaminoses (MASSOLI, 2014).

Isso posto, é importante ressaltar que construção da UHE contribuiu direta e indiretamente para o dinamismo econômico municipal, sendo este o resultado de um processo que ocorre por meio de uma modificação positiva, utilizando elementos quantitativos, como aumento da capacidade de produção de uma economia, aumento do produto interno bruto, proporção de melhorias na segurança, redução de desigualdades sociais, qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura, empregos, entre outros, justificando a atração de investimentos em empreendimentos como Instituições de ensino superior (privadas), lojas de departamentos, empresas do comércio atacadistas e varejistas, academias, hotéis, bares, boates, pousadas, lanchonetes, aluguéis de casas, restaurantes, postos de combustíveis, turismo empresarial, turismo ecológico, entre outros.

CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DO MUNICÍPIO DE ESTREITO

O Estado é um grande protetor do patrimônio natural e o administrador dos fundos territoriais, um indutor da ocupação do território e tem a responsabilidade de mediar no mundo moderno, cuidando das relações socioespaciais. Quando se fala de Estreito/MA, logo se constata a necessidade de estudar a sua formação e organização espacial, o que pode ser avaliado sob a ótica de Harvey (2005) a partir de diferentes aspectos: a) domínio do espaço – a forma como os indivíduos ou grupos poderosos organizam a produção e dominam o espaço; b) apropriação do espaço – o espaço é construído a partir das demandas da sociedade no decorrer da sua história e, desse modo, é uma construção social, pois a forma de apropriação desse espaço é determinada pelo modo de produção dessa sociedade; c) produção do espaço – processo de criação de novos sistemas e novas modalidades de representação (SANTOS, 2018).

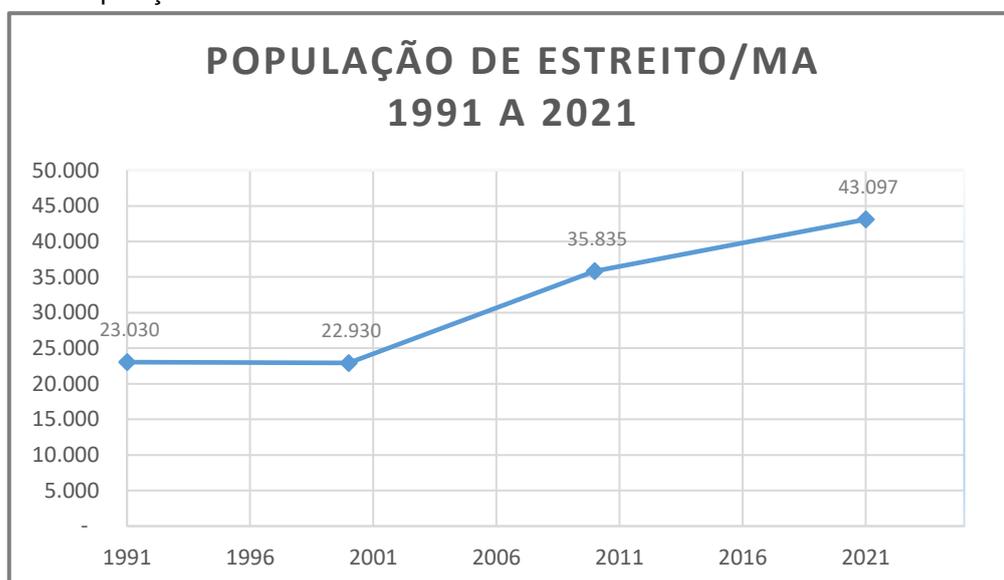
Estreito possui uma posição geográfica de grande importância, incluindo a rodovia Belém-Brasília e o rio Tocantins e a partir de 1909 registra-se a história desse município, quando Virgílio Franco e Antônio Marinho fundaram um povoado que, em razão de sua localização no ponto de melhor travessia do rio na direção de Goiás (atual Tocantins) recebeu a denominação de Estreito. Este ficou subordinado ao município de Carolina e depois passou à condição de distrito, sendo elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 1.304, recebendo o nome de Presidente Vargas.

Depois de solenemente instalado e de terem sido eleitos seu primeiro prefeito e vereadores (3 de outubro de 1955) o município de Presidente Vargas teve seu processo de emancipação cassado pelo Supremo Tribunal Federal. A partir da construção da Belém-Brasília, a BR 010, Estreito tomou grande impulso econômico, vindo a recuperar sua autonomia a 12 de maio de 1982, através da Lei nº 44 (IBGE, 2002).

A influência no crescimento econômico do Nordeste foi visível, mormente com os reflexos da modernidade, pois essa não se expressou nos primeiros momentos da construção econômica do Brasil, mas manifestou-se durante os séculos XIX e XX. Aparece com o intervencionismo estatal industrial e na estruturação das ações da SUDENE, que priorizou projetos, domínios, economias de escala, hierarquia, centralização, capital produtivo, capital monopolista e totalização, seguindo tendências propostas para modernidade fordista (HARVEY, 1992 *apud* SANTOS, 2018, p. 79).

O processo de crescimento urbano de Estreito teve um aquecimento a partir de do ano de 2005, quando surgiram indicadores que demonstram nova estruturação espacial, com o emprego de investimentos propulsores da atividade econômica, demonstrado incremento, sobretudo na produção, destacando inclusive um Produto Interno Bruto – PIB que o colocou na 15ª posição no estado do Maranhão e superando municípios vizinhos como Carolina 42ª e Porto Franco 23ª (LIMA, 2019). No ano de 1991 o município de Estreito possuía uma população de 23.030 habitantes, em 2000 diminuiu para 22.930 saltando para 35.835 no censo de 2010 - Gráfico 8.

Gráfico 8 – População Residente de Estreito/MA - 1991 a 2021



Fonte: IBGE (2022)

Em 2021, a população de Estreito era de 43.097 pessoas, o que implica em uma densidade demográfica de 15,84 pessoas por km², sendo que 71,84% residem na zona urbana (IBGE, 2021). Na educação destacam-se os seguintes níveis escolares: Educação Infantil (15,57%); Educação de Jovens e Adultos (10,08%); Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano (61,07%); Ensino Médio do 1º ao 3º ano (12,81%); Educação Especial (0,43%). Atualmente, esse município conta com a presença da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL através do Centro de Ciências Agrárias Naturais e Letras, funcionando os cursos de Engenharia Agrônoma, Letras, Matemática e Física, que iniciaram suas atividades no ano de 2020 (IBGE, 2010; PDI/UEMASUL, 2020).

Na estruturação desse município o setor saúde apresentava, em 2010, oito estabelecimentos públicos de atendimento e apenas dois privados, sendo que para o

ano de 2022 houve um notório aumento deste quantitativo, saltando para 16 o número de estabelecimentos públicos e 13 privados, como pode ser visto no Quadro 3.

Quadro 3 - Estabelecimentos de Saúde do Município Estreito - 2022

ALFA LABORATORIO DE ANALISE CLINICA E CITOLOGICAS	9041508	05344955000180	M
ALFA LABORATORIO DE ANALISES CLINICA E CITOLOGICO	5452279	05344955000180	E
APAE	9457321	04123619000144	M
BELO SORRISO	0852856	35226671000150	M
CAPS I ANTONIO PAULO DA COSTA	6587771	-	M
CECE CENTRO DE CONTROLE DE ENDEMIAS	6861547	-	M
CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTREITO	2310880	-	M
CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE VILA CIBRAZEM	5284430	-	M
CENTRO MUNICIPAL DE SAUDE VILA VALEC	5284422	-	M
CIAMEDICA	6836410	11922707000171	M
CLINICA INTEGRADA SAUDE ORAL CISO	7746598	13090185000114	M
CLINRAD	6847374	10863701000108	M
HOSPITAL MATERNIDADE BENEDITO MOREIRA	6784607	11409064000167	M
HOSPITAL MUNICIPAL DE ESTREITO	2310821	-	M
MED LAB ANALISES E DIAGNOSTICOS	6706673	10295916000170	M
ORTO CLIN	9041451	05600469000185	M
SAMU 192 ESTREITO MA	7121288	-	M
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTREITO	7848218	-	M
SORRISO CIA	9683712	26153823000140	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE DO ALTO BONITO	2310864	-	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE DO PLANALTO	2310902	-	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE DO SANTANA	2310856	-	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE DE RIBAMAR	9487700	-	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE LUIZ HELIO MACEDO	7712502	-	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE MARIA DO CARMO S FERREIRA	2645548	-	M
UNIDADE BASICA DE SAUDE VILA III	9487484	-	M
UNIDADE BASICA JORGE ANDRADE	2645521	-	M
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA PADRE CHAGAS	9238638	-	M
VIGILANCIA SANITARIA	6587208	-	M

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNESNet (2022).

Quanto aos aspectos econômicos destacam-se a extração vegetal, e silvicultura, lavoura permanente, a lavoura temporária, a pecuária, e o setor empresarial; este último, contava com 481 unidades em 2020. Os serviços públicos atendem às necessidades essenciais nas áreas de educação, saúde, limpeza pública e segurança. No setor privado há registros de um crescimento gradativo de atividades de escolares, escritórios, manutenção em geral, restaurantes e lanchonetes e o trabalho informal envolvendo diversas atividades geradoras de renda (IBGE, 2022).

Na atual economia globalizada, é necessário buscar meios que conduzam municípios e/ou empresas para conquistarem vantagens competitivas, uma vez que essa medida é considerada um desafio dinâmico fundamental para o sucesso em que se destaca o Porto Seco (OLIVEIRA; FERREIRA, 2017) e novas possibilidades de ampliação do complexo portuário de São Luís a fim de atender demandas do

MATOPIBA e do Corredor Centro Norte, cuja situação geográfica de Estreito e logística o colocam em relevância (FERREIRA, 2021).

No Gráfico 9, tem-se o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Estreito, desde o ano de 2000 até o ano de 2019 (último dado fornecido pelo IBGE). Nele, obtêm-se inúmeras informações, demonstrando o crescimento exponencial de sua economia a partir do ano de 2008, período este que se iniciou a construção da usina hidrelétrica situada em seu território.

Gráfico 9 - Produto Interno Bruto (PIB) de Estreito/MA de 2000 a 2019



Fonte: IBGE Cidades (2022).

Analisando o PIB dos municípios do estado do Maranhão, observa-se que em de 2019 (o mais recente) Estreito ocupou a 5ª posição entre os municípios com o maior Valor Adicionado (VA) do setor industrial (R\$ 523.052,00 milhões), e teve como atividade econômica de maior peso os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) e a Indústria da Construção, destacando a atividade de geração de energia. Sua participação estadual saiu de 3,40% em 2018 para 3,59% em 2019 (IMESC, 2021).

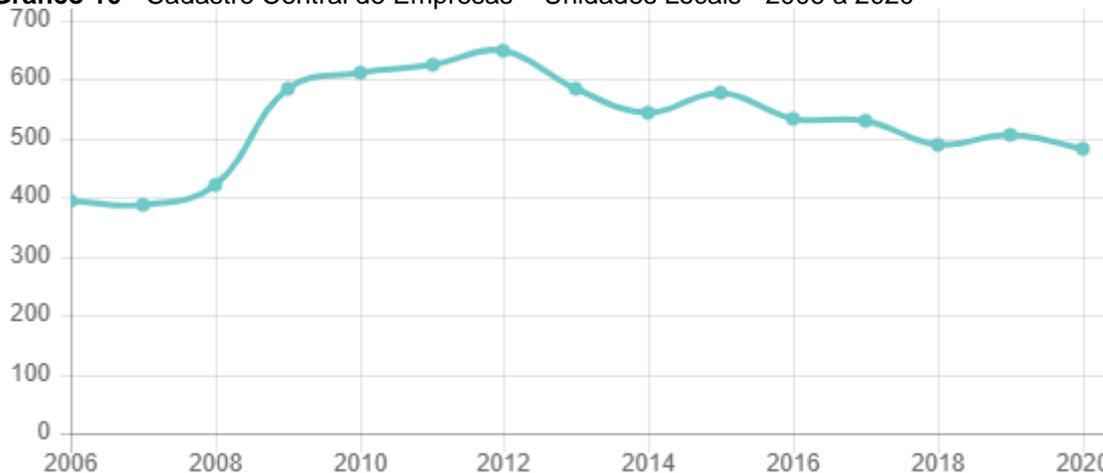
O desenvolvimento ocorre por acumulação de capital, pela busca incessante de lucros, formação de um mercado competitivo, melhorias técnicas e inovações tecnológicas para acúmulo da produção, e também pelo surgimento, formação e incentivo dos estados-nação à indústria capitalista como forma de política de desenvolvimento econômico e, portanto, “desenvolvimento” da nação (PIO, 2020).

O capitalismo industrial tem como base o liberalismo econômico que promove a notabilidade de alguns polos econômicos com potencialidades produtivas, mantendo

portanto uma ideia de desenvolvimento, ligado a um mercado com autorregulação, em que a produção e consumo de mercadoria são regrados pela lei de oferta e da demanda e quanto mais eficaz é essa regulação maior o crescimento econômico (PIO, 2020).

O Gráfico 10 demonstra o Cadastro Geral de Empresas existentes em Estreito/MA, no qual se observa um aumento significativo no número de instituições, no período de 2006 e 2010, o que se justifica pela construção da UHE-CESTE. Cabe lembrar que essa hidrelétrica foi inaugurada no ano de 2012, que foi o de maior número de empresas cadastradas/abertas (chegando a um total de 649 empresas) no município; no entanto, entre o ano de 2015 a 2020 houve uma certa estabilidade e tendência de arrefecimento vinculados à entrada em operação da citada UHE e desaquecimento da economia.

Gráfico 10 - Cadastro Central de Empresas – Unidades Locais - 2006 a 2020



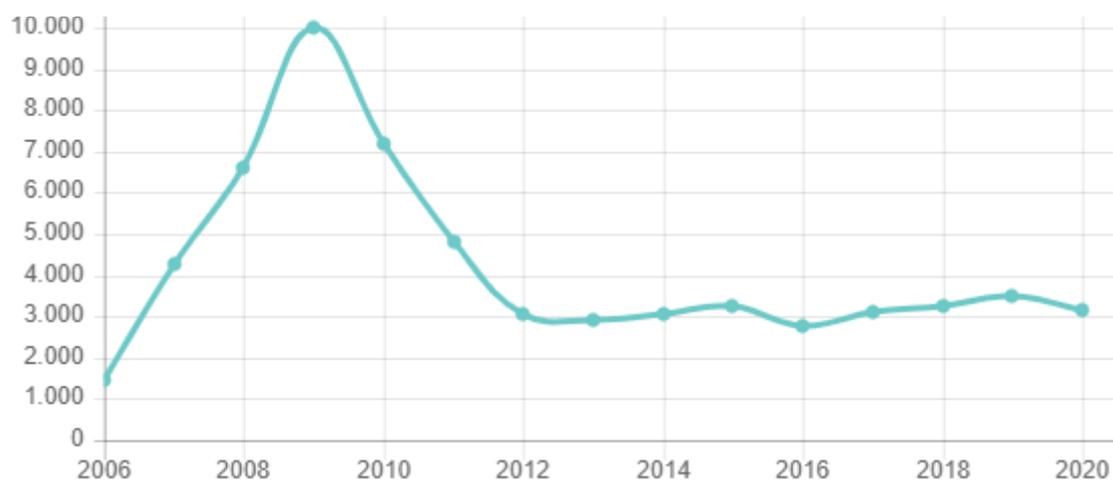
Fonte: IBGE/CIDADES(2022).

O desenvolvimento é considerado um sinônimo de crescer economicamente e essa melhoria é mensurada pelo aumento da riqueza e do dinheiro provenientes da produtividade e lucro. No sistema capitalista não precisaria da intervenção das instituições estatais responsáveis pelo bem-estar das pessoas e coesão da sociedade, por isso se diz que é autorregulado; assim, a construção deste desenvolvimento era bem simples, haja vista que bastava os estados adotarem a economia de mercado autorregulada que iriam chegar em algum momento na fase de desenvolvimento que as grandes potências econômicas chegaram (HIRSCHMAN, 1986 *apud* PIO, 2020).

O Gráfico 11 versa sobre o Pessoal Ocupado Assalariado de Estreito, tendo como base o período de 2006 a 2020; nele é percebida uma oscilação intensa no

número de pessoas atendidas. O ano de maior número de pessoas com carteira assinada foi em 2009, alcançando 9.996 (nove mil, novecentos e noventa e seis), para o ano de 2020 este número caiu para 3.156 (três mil, cento e cinquenta e seis).

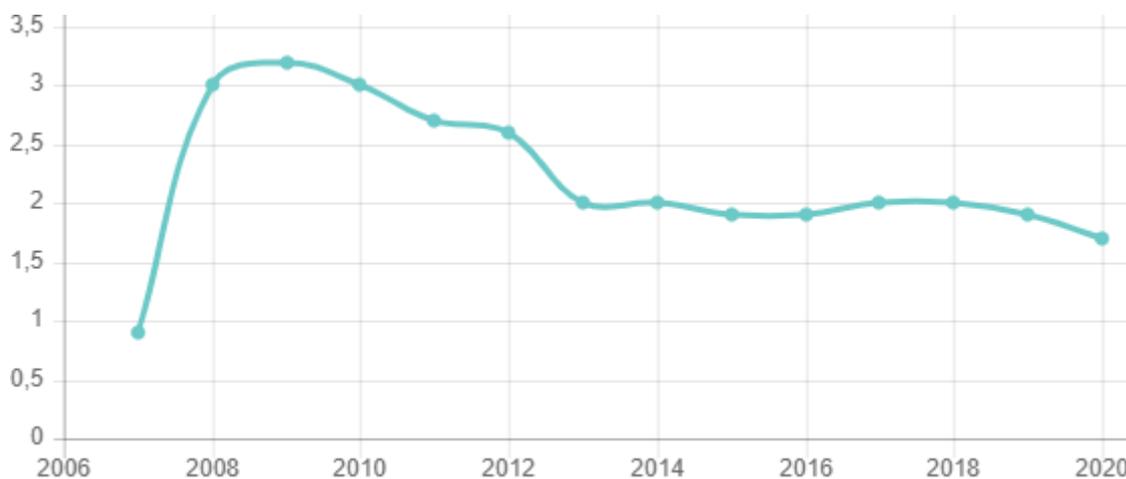
Gráfico 11 - Pessoal ocupado assalariado de 2006 a 2020



Fonte: IBGE/CIDADES (2022).

É comum que o sistema econômico entre em conflito com os mecanismos de proteção social; isto faz com que exista uma alta concentração de renda e consequente elevação das desigualdades sociais, o que reduz as condições mínimas de sobrevivência dos seres humanos e pode gerar um aumento no número da população de pobres. Por isso, a chamada autorregulação do mercado precisa de limites e controle uma vez que o processo econômico é composto por diferentes arranjos institucionais e não unicamente pela autorregulação do mercado (SCHNEIDER; ESCHER, 2011 *apud* PIO, 2020).

Baseado nisso, o Gráfico 12 mostra o salário médio mensal dos moradores de Estreito, no período de 2006 a 2020; nele pode ser percebida a oscilação neste período, pois o ano de maior representatividade foi 2009, quando houve a construção da UHE-CESTE, alcançando a casa de 3,2 salários mínimos; entre este ano até 2013 houve uma queda exponencial, e entre 2014 a 2018 ficou estabilizado em 2 salários mínimos, mas para o ano de 2020 caiu para 1,7 a média salarial dos moradores do município, o que está vinculado ao recrudescimento econômico derivado da fase de operação da citada UHE.

Gráfico 12 - Salário médio mensal dos empregados de 2006 a 2020

Fonte: IBGE/CIDADES (2022).

3.1 UHE-Estreiro e suas determinações Socioespaciais no município de Estreiro/MA

Para falar da UHE-Estreiro é necessário dialogar um pouco sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e o Plano Básico Ambiental - PBA, no processo de implantação da usina, assim como analisar os impactos socioespaciais desse empreendimento no município referido, sobretudo abordando, causas e efeitos, explicitando relatos da população atingida, discutindo a melhoria ou não da sua qualidade de vida, e a opinião sobre sua inclusão ou não no processo de desenvolvimento promovido pela hidrelétrica.

Em estudo sobre “O Modelo Energético e a Gestão Ambiental no Brasil, a pesquisadora Jaciene Pereira analisou o EIA-RIMA e o PBA no Processo de Implantação da UHE-Estreiro, chegando a citar onze pontos de falhas e faltas encontradas, a seguir, pode ser observado os cinco pontos iniciais.

- I) Falta de informações adequadas e suficientes sobre o local do empreendimento e seu potencial modificador, contando para isso quase que exclusivamente com as informações do EIA-RIMA, que geralmente são genéricas, incompletos e inexatos, com tendência a superestimar aspectos positivos e subestimar aspectos negativos. II) A desconsideração de interesses setoriais e conflitos de uso dos recursos hídricos; desconexão com

outros projetos e atividades existentes na área, tanto quanto ou mais potencialmente impactantes. III) A insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros que impedem, muitas vezes, a visita frequente de técnicos especializados do órgão ambiental licenciador ao local do empreendimento para verificar o cumprimento da agenda de programas ambientais obrigatórios. IV) Falta de transparência, publicidade e acesso às informações e documentos no que tange todos os processos que envolvem a UHE-Estreito perante a sociedade. V) A desconsideração da bacia hidrográfica do rio Tocantins em toda sua extensão como área de influência direta dos impactos do empreendimento, levando-se em consideração todas as intervenções anteriormente feitas a bacia e as futuras no que tange empreendimentos hidrelétricos, hidrovias, rodovias, ferrovias, agropecuária, mineração e etc. No caso de usinas hidrelétricas faz-se necessário o estudo por bacia hidrográfica e não por projeto separadamente, os efeitos socioambientais são sinérgicos e cumulativos, não se restringindo aos limites da barragem como sugere o EIA-RIMA (PEREIRA, 2015, p. 99).

A supracitada pesquisadora relata que, baseado na Resolução CONAMA 001/86, o grupo responsável pela construção do EIA-RIMA e PBA deve ter uma multidisciplinaridade, devendo esta ser contratada pelos responsáveis do empreendimento, uma vez que despesas e custos para elaboração dos documentos e estudos do licenciamento são de sua responsabilidade. O grupo contratado é responsável pelos resultados apresentados nos documentos (EIA-RIMA e PBA), sendo proibido a relação de dependência com o contratante; no entanto, isso não foi obedecido no caso da UHE-Estreito, pois a empresa de consultoria responsável pelos estudos pertencia a Intercement S/A, uma das indústrias proprietárias do consórcio CESTE; uma das maneiras adequadas para possível minimização desses problemas, seria a construção dos documentos em parceria com órgãos ambientais (PEREIRA, 2015).

Cabe ressaltar que além da questão supracitada, os estudos para produção do EIA-RIMA foram direcionados à criação de argumentação e justificativas para implantação do empreendimento, não havendo outras alternativas viáveis, concretizando assim o comprometimento da contratada com a contratante. Com isso, o órgão ambiental federal, responsável pelo licenciamento, ficou impossibilitado de impugnar o projeto uma vez que a construção da UHE fazia parte de uma política de governo que era o maior interessado pelo início da operação do empreendimento enquanto grande parte do investimento monetário era advindo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (PEREIRA, 2015).

Os relatórios EIA/RIMA/PBA não explicam como a contratada executou a pesquisa de identificação e interpretação dos impactos, não promove uma adequada transparência ao processo, de maneira que em muitos momentos não realizam devida

citação de seu suporte teórico e técnico-científico; foi constatado ainda inexistência da quantidade de postos de trabalho extintos relacionados à formação do lago, tampouco informação sobre o impacto regional relacionados ao aumento do desemprego para os agricultores, pescadores, dragueiros, barqueiros, balseiros, barraqueiros, extrativistas, entre outros (PEREIRA, 2015). Muitas questões relacionadas aos povos indígenas não levadas em considerações, como pode ser visto a seguir.

X) A questão dos povos indígenas não foi tratada pelo CESTE como uma meta socioambiental a ser atendida pelo PBA que, pelo menos teoricamente, visa atender às demandas da sustentabilidade, mas como uma exigência a ser protocolada e cumprida em face das cobranças pelo órgão licenciador. Foram realizados os “Estudos de Complementação dos Impactos socioambientais da UHE-Estreito nas Terras Indígenas Kraolândia, Apinajé, Krikati e Governador” para subsidiarem os órgãos governamentais competentes FUNAI e IBAMA, no processo de emissão das Licenças Prévia e de Instalação solicitada pelo consórcio para a usina; este estudo, por sua vez, sugeria a criação de um fundo financeiro de apoio a subsistências dos povos Timbiras e que nunca foi criado. Mesmo com esses estudos complementares, o CESTE não apresentou projeto ambiental específico e nem relevante para as comunidades Kraolândia, Apinajé, Krikati e Governador, além da ausência de espaços livres e autênticos que possibilitassem a participação de todos os atingidos na elaboração e execução das soluções necessárias a prevenção e/ou compensação e/ou mitigação dos impactos socioambientais (PEREIRA, 2015, p.100).

Acredita-se que o diálogo entre o CESTE e a comunidade seja meramente o cumprimento de exigências burocráticas e constitucionais, uma vez que a UHE iniciou suas operações em março de 2011.

Após a abordagem sobre os relatórios (EIA-RIMA e PBA), é crucial a discussão sobre os impactos socioespaciais da UHE para Estreito, verificando o olhar da população atingida diretamente pela implementação do grande empreendimento.

É sabido que, enumerar todos os impactos influenciados pela construção do empreendimento, não é uma atividade fácil, porém é importante que os principais não deixem se ser comentados. Por mais que em relatórios fosse afirmado que a produção da energia elétrica promoveria benefício para a população estreitense e região, o que ocorreu foi uma produção direcionada para o mercado externo, ou seja, levando pouco resultado para o município no quesito utilização de energia.

Cabe ressaltar que apenas uma parcela da energia produzida é direcionada para uma indústria de alumínio sediada no Estado, e analisando dados do governo, como no site do IBGE, pode ser observado que o capital arrecadado pela usina de Estreito é enviado para fora, beneficiando apenas um pequeno número de grandes detentores de capital. A UHE de Estreito trouxe impactos negativos, “dadas as suas

variedades, complexidades, interligações, temporalidades e sinergias, bem como a dependência das características e especificidades geográficas, socioeconômicas e culturais de cada região” (PEREIRA, 2015, p. 106).

Para versar melhor sobre os impactos socioespaciais ocasionados pela UHE, foram realizadas entrevistas com 60 pessoas e pode ser observado que o empreendimento promove muitas contradições, uma vez que os impactos de longo prazo não são contabilizados efetivamente, pois não se limitam a comunidade alagada ou retirada de sua casa por conta de implicações diretas; salienta-se afirmar que toda a população “estreitense” sofreu consequências diretas ou indiretas, pois se mexeu no rio, mexeu nos habitantes do município e, certamente o número de atingidos é superior que aos dados entregues em relatórios da usina. Some-se a isso, que:

Além da negligência no que diz respeito aos danos patrimoniais e extrapatrimoniais provocados, dentre todas as exigências do PBA, o consórcio não incluiu a população local no tão comentado processo de “desenvolvimento” que seria desencadeado pela usina, ou seja, o discurso é baseado nos conceitos da sustentabilidade, mas, na prática não considera todas as dimensões dessa tal sustentabilidade (PEREIRA, 2015, p. 126).

Optou-se por entrevistar diferentes categorias das populações atingidas para que pudesse ser observado os diversos pontos de vistas e perspectivas relacionadas à indústria, abordagem essa, necessária para contrapor os resultados mostrados em documentos como EIA-RIMA e o PBA da UHE-Estreito e a visão da comunidade. Seguindo essa linha, apresentam-se respostas e as principais perguntas feitas aos entrevistados, pois é importante evidenciar que os questionários aplicados tiveram dois bairros priorizados, isto é, o Pôr do Sol (na margem direita do Rio Tocantins, na zona urbana) e o Centro Histórico (Beira Rio), no qual localiza-se a sede da Colônia de Pescadores Zona 35 (Z35), que sofreram e sofrem impactos diretos da Barragem.

No seu ponto de vista, quais os benefícios causados pelos grandes investimentos em Estreito?

“Rapaz, pra mim, particularmente não melhorou nada, porquê naquela época (anos 2000), era muito era bom, aqui nós tinha nosso acesso de ir e voltar na hora que queria, pegava muito peixe que tinha uns tipo de peixe de primeira que a gente pegava que era Piabanha, açu manteiga, o surubim, o piau cabeça gorda, era todo peixe, é pacu branca, nós pegava é tudo e o peixe era caro. Nós pegava uma caixa de oitenta, dava pro sustento da semana, porque o peixe de primeira qualidade, ele aumenta o dinheiro, né? Dava para cobrar uma de moeda, esses peixe sim aumentava nosso ganho. E era o que nós fazia. E tinha gente pra comprar. Tinha gente pra comprar na hora que

nós chegava. Aí a depois da barragem ficou muito complicado, porque nem todo mundo mora na cidade, muitos ainda estão em povoados igual eu, já que não tenho condição de comprar casa praqui, pra perto da colônia de pescadores, lá onde a gente fica, até o carro pra nós ir nós somos um pouco humilhado, se não tiver na hora pra ir num vai, e se chegar um pouco depois dá hora o cabra disse que a gente chegou uma hora depois e nós somos humilhado por isso. E se adoecer. Se adoeceu lá no rio e chegar, o carro não tiver e for caso de morte, morre porque o carro chegar na hora certa. De noite mesmo, tem que esperar amanhecer o dia, se passar de onze hora não vai mais pra cidade, isso se der certo de amanhecer, se não tiver morto de manhã” (SILVA, 2022).

Quais as mudanças que você observou em Estreito no período de 2000 a 2022?

“Eu observei uma melhoria no comércio pois a cidade aumentou muito nesse lado, teve um bom aumento de número de emprego, a cidade toda teve melhoria na infraestrutura, pois abriram mais bairros e mais ruas, tivemos também uma maior facilidades de acesso aos órgãos públicos e privados, pois vieram mais bancos, loteria, INSS, e um monte de empresas novas. Isso a gente pode confirmar pelo lado bom, mas a maioria da gente não teve participação nesses benefícios, sabe por que? Porque a gente é um povo esquecido, muitos de nós sobre com alagamentos em determinado período do ano, existe uma grande falta de assistência social pra nós, não temos nenhuma assistência econômica para em caso de ter esses problemas, e outras, com o crescimento da cidade, também aumentou a quantidade de roubo e eu sinto uma grande falta de segurança pública, pois é grande o consumo de droga; e pra terminar de acabar, a gente teve uma certa exclusão da agricultura familiar, e as poucas que tem, produzem bem pouco” (SANTOS, 2022).

“Em minha concepção houve muitas mudanças no município de Estreito levando em consideração esse período, principalmente no crescimento econômico de nossa cidade, pois abriram bastante negócios, muitas escolas, aumento do número de bairros asfaltos, e chegada de novas empresas; muitos bairros tiveram melhoria, pois se aumenta o dinheiro na cidade, aumenta a economia das pessoas. Por outro lado, muitas famílias não tiveram muito apoio ou assistência, a exemplo, grande parte das famílias do bairro Pôr do Sol, esse bairro começou como invasão e eu sempre estive na frente do movimento como uma das lideranças comunitárias, já passamos por poucas e boas juntos, mas eu largo essa comunidade, em período de inverno esse bairro sobre muitas perdas, muitas famílias são desalojadas, tem gente que perde tudo. Por isso, só resta dizer que os benefícios positivos não foram para todos” (SILVA, 2022) – Figura 8.

Figura 9 - Flávio Antônio da Silva, líder comunitário do bairro Pôr do Sol



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Quais as(os) dificuldades/impactos sociais causadas(os) pelos grandes investimentos em Estreito?

“Eu me chamo Edvaldo Fernandes Lima Rocha, e afirmo que são várias as dificuldades encontradas e elas são mais influenciadas por conta da construção da hidrelétrica, e em relação né? os pescadores ribeirinho, né? É uma classe que a gente não está sendo assistidos pelas pela assistente social, né? E nem pelo próprio consórcio, né? A gente não está sendo assistido. É uma é um grupo de gente esquecida. Se dá o nome de pescador ribeirinho. Pelo poder público é um grupo esquecido né? Só lembra de nós quando é tempo de política. Na área de pescador houve uma grande diminuição do peixe, exemplo da Pacu Manteiga, do Surubim, do Jaú, cachorra, é da piabanha. Então houve uma grande diminuição, né? Porque o próprio consórcio em nenhum momento ele colocou alevinos dentro do lago. Então, se ele não colocou alevino dentro do lago, da onde você só tá tirando, não está botando a tendência é acabar, né? A curumatá hoje desapareceu dentro do lago, que é um peixe que de primeira era “igual praga” (tinha demais), hoje acabou dentro do lago, o curumatá. Cê não veio mais nem falar, hoje o peixe que nós temos no lago é o cará, o avoador, é o Manpará e a curubina né, são os peixes que mais tem e o tucunaré” (ROCHA, 2022) – Figura 9.

Figura 10 - Edvaldo Fernandes e Sancley Estany durante entrevista na Colônia de Pescadores Zona



35

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

“O que a gente vê muito é erosão, erosão é quando a água vai destruindo as encostas do rio, quando chega no tempo de abertura de comportas e o CESTE não monta um grupo de WhatsApp para informar a gente ou até mesmo a colônia de pescadores. Eles vão informar lá o corpo de bombeiro, mas é aqui que vai soltar a água. A Defesa Civil e o corpo de bombeiro jamais têm uma comunicação com a Colônia de pescadores e sim com a prefeitura e a prefeitura não passa a informação pra nós. Então o pescador vai lá e coloca uma rede durante o dia ou início da noite, quando o rio está lá embaixo é dez horas da noite ou onde hora quando o pescador vai buscar tudo, chega lá não tem mais canoa e nem rede, sabe por que? Porque o rio subiu aí quatro ou cinco metros. Ô só pra ti ver. Ainda além disso, cria uma onda de dois metro durante cinco quilômetro da barragem pra baixo, destruindo tudo que tem no caminho” (SILVA, 2022) – Figura 10.

Figura 11 - Erosão causada pelas correntezas de água advinda de período chuvoso e abertura de comporta da Hidrelétrica.



Fonte: Registro feito pela moradora Claudia Regina Vieira da Silva, em janeiro de 2022.

Figura 12 - Alagamento e desmoronamento na residência da moradora Claudia Regina Vieira da Silva



Fonte: pesquisa de campo, 2022 (registro feito pela moradora Claudia Regina no mês de janeiro).

Quais os tipos de apoio recebido do governo municipal?

“Em minha concepção a prefeitura proporcionou um certo apoio ao pequeno produtor, promovendo oportunidade a esses empreendedores, acredito também que por meio da prefeitura houveram melhorias na educação, uma

vez que aumentou-se o número de escola e assistência ao aluno, agora já temos até universidade pública, a UEMASUL” (SILVA, 2022).

“O apoio da gestão municipal foi essencial para a retomada do crescimento socioeconômico do nosso município de Estreito/MA, uma vez que conseguiu promover geração de emprego, renda e qualidade de vida para grande parte dos moradores, mesmo depois da finalização da construção do CESTE. Cabe ser lembrado que não existe mudanças que incluem a natureza sem impactos positivos ou negativos, por isso é importante destacar que a maioria da população estreitense sofreram impactos positivos com a construção da hidrelétrica e principalmente com alguns incentivos do governo municipal, porém alguns bairros ribeirinhos e uma pequena parte da população sofreram e sofrem consequências gritantes no quesito qualidade de vida, saneamento básico e assistência social, como é o caso do bairro Pôr do Sol” (FERREIRA, 2022) – Figura 12.

Figura 13 - Regiane Cunha Ferreira e Sancley Estany em entrevista na sala do empreendedor



Fonte: pesquisa de campo (2022)

“Falar de apoio do governo municipal é um assunto complicado, sabe por que? Porque cada público ou comunidade tem um olhar sobre a ação da prefeitura, mas respondendo aqui sobre o apoio dela praqui, pra comunidade dos pescador, a prefeitura não trouxe muita ajuda, principalmente esse grupo que está agora no poder. E é porque nós apoiamos o prefeito, o prefeito falou pra nós, que se ele ganhasse ele ia doar a geleira. É tão tanto que hoje você vê que nós temos uma geleira, antigamente a gente vendia gelo. O governador do estado, né, Carlos Brandão adouu uma geleira pra colônia, só que ela veio via o município, essa geleira foi levada lá pra infraestrutura do município. A gente procurou o Ministério Público, Ministério Público chamou o prefeito e mandou que trouxesse a geleira, que ela veio em nome da colônia Prefeito trouxe, né! obedecendo o Ministério Público, trouxe pra Colônia. Só que o Prefeito não fez o termo de doação, o termo de doação pra doar pra colônia e nem ele prefeito montou, só fez chegar e botou dentro da colônia que nem você viu ali, que nem você pega uma coisa e bota ali. Como uma coisa guardada que depois eu venho buscar. Então tá ali guardado, o

pescador tá sem gelo, muitas vezes o pescador quando libera a pesca ele vai comprar na rua lá dez, pescador compra gelo fica quarenta, cinquenta sem gelo ele não pode punir que ele não tem gelo. E acabou o gelo. É, acabou o gelo, o local é longe, é local que o pescador vai daqui a cinquenta, sessenta quilômetros pra pescar, ele tem que passar uma semana lá e vim só no fim da semana. Pagando mais caro e pagando mais caro o gelo. Então nós com a geleira aqui de seis mil tonelada que que falta somente o Prefeito fazer o termo de doação e ele não faz. Ele não faz esse termo de doação pra nós, ele não manda ligar a geleira pra vender ou pra doar o gelo pra nada, então tá aí uma geleira que veio com recurso do Governo do Estado, né, veio, mas tá aí parado. A associação está sempre aberta pra diálogos, reunião, e eu como a presidente já mandei cinco ofício pro prefeito, pedindo ele que a gente organize a geleira, que ele ou faça o termo de a doação que ele faça ou ele mande ligar a geleira, só que o Prefeito nunca me respondeu nenhum dos ofícios, foram cinco até o momento, ele nunca me respondeu nenhum” (ROCHA, 2022) – Figura 13.

Figura 14 - Edvaldo Fernandes Lima Rocha e Sancley Estany durante em entrevista na Colônia de Pescadores Zona 35



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

“No meu pensamento, eu acho que não é só a associação de pescadores que sofre por muita consequência, várias outras associação que vem com esse problema. Que além do consórcio CESTE ele não ter nenhum tipo de diálogo com nós e o município do mesmo jeito gestor municipal faz a mesma coisa. Os secretário a mesma coisa, hoje tem uma secretaria da pesca em Estreito mas em nenhum momento a gente viu o secretário de pesca aqui vim na colônia chamar os pescador junto com o presidente pra fazer uma reunião pra buscar uma melhoria pra essa classe em nenhum momento, então a secretaria de pesca dentro do município de Estreito hoje, servindo só com uma laranja e nada mais. O recurso que vem somente pra secretaria, mas esse recurso eles não são destinado aos órgão competente, e nem pra ligar uma máquina pra produzir nosso gelo, cê pode entrar na rede social lá, na internet, no Portal da Transparência e veja o valor do salário do secretário, seis mil e quinhentos. Ele é tem que buscar recurso pra pescador e piscicultor, é a secretaria de pesca que entra em articulação com o CESTE e faz tudo, mas só que o recurso que é buscado fica mesmo dentro da própria prefeitura” (SILVA, 2022) – Figura 14.

Figura 15 - Valdir Ribeiro da Silva e Sancley Estany em reunião com a colônia de pescadores



Fonte: pesquisa de campo (2022)

O espaço sob o olhar capitalista é visto como resultado e como condição para o acúmulo de capital, sendo ele o meio necessário para a produção da dinâmica de um desenvolvimento desigual, o espaço é o lugar no qual a trama capitalista é realizada, nele se dá a centralização dos meios de produção, é onde se forma a superfície do lucro, é nele que o capital se move de forma oscilatória, explorando as oportunidades de capitalização, promovendo o subdesenvolvimento sem ressentimento nenhum (SMITH, 1988).

Ao se analisar os relatos dos entrevistados, pode afirmar-se que o espaço do município de Estreito possui seus contrastes, surgindo como uma face da contradição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, uma vez que existem olhares diferentes pois são ângulos diferentes, uns defendem uma melhoria na produção, economia local, infraestrutura, saneamento e educação; porém quem mais sofre com isso são as comunidades ribeirinhas e os pescadores, sem recursos materiais, pouco dinheiro para sobreviver e tratados com frieza e descasos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou a região da Chapada Mesas, dando ênfase ao município de Estreito, analisando seu crescimento econômico no período de 2000 a 2022, abordando a realidade socioespacial desse município e verificando sua atual configuração. Isso posto, cabe ressaltar que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, isso é fato, enquanto o primeiro está mais direcionado à produtividade e acúmulo de capital, o segundo está ligado à uma parte social e qualitativa, no entanto discutir o tema é algo melindroso, quando uma cidade ou região recebe um impulso econômico, outras regiões em seu entorno podem ser prejudicadas, pois variáveis como a migração, a movimentação de capital e a economia em geral tendem a favorecer regiões mais desenvolvidas deixando estagnadas ou prejudicando mais ainda as atrasadas, aprofundando a disparidade regional.

À medida que um investimento é aplicado em determinado espaço, as pessoas buscam esses centros, pois há uma maior tendência na promoção de emprego e renda, lembrando que há uma maior aplicação de capital em ambientes com um bom dinamismo econômico (TAVARES, 1987).

A construção da Usina Hidrelétrica implantada pelo CESTE (Consórcio Estreito Energia) promoveu/promove algumas contradições, uma vez que existem diferentes atores sociais atingidos. Existe uma parcela da população que está contente com o resultado da atual situação econômica municipal, isso é incontestável, visto que a medida que o tempo passa surgem mais oportunidades para se empreender na cidade e em seu entorno, atualmente Estreito/MA conta com diversas secretarias municipais, sala do empreendedor, bancos, loterias, postos de gasolina, casas noturnas, orla à beira rio, praças, postos de saúde, escolas, hospital, universidade e diversos tipos de empreendimentos locais, em dados estatísticos a cidade está em uma boa fase econômica, os índices são positivos, atualmente é considerado um bom ambiente para investir e para morar. O espaço econômico altera-se constantemente acompanhando as transformações da sociedade, atendendo as novas necessidades da estrutura social.

Em contrapartida cabe ressaltar que a formação socioespacial de determinado ambiente é dada pela distribuição dos elementos naturais do local e a maneira de como a sociedade os utilizam, com Estreito não foi diferente, houve um aproveitamento energético, ocasionando danos irreversíveis, atingindo diretamente

uma classe social mais frágil e desprotegida, onde inúmeros são os desafios e conflitos enfrentados por essa parte da população estreitense, são discussões que envolvem o uso de espaços territoriais de campesinatos, pescadores e produtores que dependem do solo e da água do rio para sobreviverem e, com esses problemas só existe um aumento das demandas socioespaciais.

De um modo geral, a Usina Hidrelétrica de Estreito busca atender aos objetivos do setor elétrico e da necessidade corporativa da Dam Industry de ampliar sua ação, o que resulta em restrições aos outros usos da água, interferindo na vida das populações cuja referência e vivência se baseia na presença do rio Tocantins (PEREIRA, 2015. p. 155).

Como o município de Estreito foi um dos mais impactados diretamente optou-se em utilizá-lo como objeto de estudo, investigando a concepção da comunidade que vivenciam as modificações nas áreas que foram atingidas pelo enchimento do lago. O conceito de equilíbrio permeia a história do pensamento econômico, no entanto, é quase que improvável a existência de um equilíbrio onde de um lado se tem um pequeno número de beneficiados diretos e do outro se tem uma sociedade impactada direta e indiretamente.

Baseado nas respostas dos entrevistados, a prefeitura de Estreito e órgãos governamentais seguem o modelo vistos em outros municípios atingidos, prestando o mínimo de assistência possível, se esquivando das responsabilidades com a comunidades mais prejudicadas, preferindo expor vantagens geradas de forma indireta, como o aumento no número de população, de empresas e empregos, defendendo ações sociais compensatórias, tentando justificar a destruição de espaços naturais, preferem omitir a precariedade dos serviços gerados, os baixos salários e o acúmulo de capital, apontam para um desenvolvimento regional mas não mencionam “quem são os verdadeiros beneficiários do empreendimento, ou seja, produção de energia cujo destino nunca é devidamente esclarecido e assim se confunde os interesses privados com os interesses coletivos” (PEREIRA, 2015, p. 155). É na cidade que se dá o processo de divisão social do trabalho, que se promove a separação da produção e também de classificação da sociedade em prol da acumulação do capital, é onde o capital centraliza e comanda tudo que está ao seu redor e, em Estreito/MA não é diferente.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO DE PAULA, R. Z. e MESQUITA, B. A. de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão – 1970/2008**. IMESC/UFMA. 2008. 22p.
- ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**. nº 9, vol. 1, 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>. Acesso em jul 2022.
- ARAÚJO, T. B. de. **Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru/SP: Edusc, 2000.
- ARAÚJO, Elizeu Serra de. Os Mecanismos da Superexploração do Trabalho. São Paulo, 2014.
- AMBIENTE BRASIL, **Parque Nacional da Chapada das Mesas será criado no Maranhão**. Disponível em: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/12/13/22209-parque-nacional-da-chapada-das-mesas-sera-criado-no-maranhao.html>. Acesso dia 27 jul 2022.
- AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2013.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, Zulene Muniz. O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. **Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011, São Luís, MA.
- BATISTA, Lucione Souza. **Disputa territorial em função da construção da UHE 174 São Salvador**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- BEAVON, Keith S. O. **Central Place Theory: A reinterpretation**. London: Longman, 1977.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Fabricio Quadros. Análise das Externalidades Geradas Pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e o Processo de Desenvolvimento. **Revista**

Desenvolvimento em Questão. Ano 12 • N. 28 • Out./Dez. • 2014 Editora Unijuí-RS.

BOLOGNINI, M. F. **Externalidades na produção de álcool combustível no Estado de São Paulo.** 1996. Dissertação (Mestrado) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. São Paulo: Universidade de São Paulo; USP, 1996.

BURNETT, F. L. O Plano Mais IDH: do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão. **Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** 2015. Santa Cruz do Sul, RS, disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491>.

BRANDÃO, C. A.; NETO, A. M.; CASTRO, C. N. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BROWN, Stephen. **Retail Location: A Micro-Scale Perspective.** Brookfield: Avebury, 1992.

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNESNet. **Estabelecimento de Saúde do Município: ESTREITO.** Disponível em: https://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=21&VCodMunicipio=210405&NomeEstado=. Acesso em: 20 maio de 2022.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1992.

CESTE, Consórcio Estreito Energia. **Histórico.** Estreito, MA, 2022. Disponível em: <https://www.uhe-estreito.com.br/institucional/historico.html> Acesso em jul de 2022.

COELHO, Vitarque Lucas Paes. **A esfinge e o Faraó: a política regional do governo Lula (2003/2010).** 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia.

COELHO, S. T.; BRIGHENTI, C. R. F. **Externalidades e custos ambientais no setor de açúcar e álcool,** 2004. In: CENBIO – Centro Nacional de Referência em Biomassa; IIEE – Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, 2004.

COSTA, Marco Aurélio; RESENDE, Constantino Cronemberger Mendes; MENDES, Guilherme; GALINDO, Ernesto Pereira. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** New Jersey: Prentice-Hall, 1966

DALPIAZ, R. M. G., PEREIRA, L.R., MALASSISE, R.L.S. **Teorias do crescimento econômico.** 1ª ed. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **SOBRE O MATOPIBA.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em fev. de 2022.

ENGIE Brasil. **APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO ESTREITO**. Disponível em: <https://www.engie.com.br/uploads/2018/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-UHE-Estreito.pdf>. Acesso em: set 2022.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Doi:10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934. Acesso em: 2022-07-14.

FERREIRA, Rejane Cunha (coordenadora da sala do Empreendedor em Estreito). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022**. [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

FIGUEIREDO, Lízia. **As novas teorias do crescimento econômico: contribuição para a política Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2004.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2008

FRANÇA, Adelmo M. Os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico e sua aplicabilidade nas economias regionais não desenvolvidas. **Revista Lumen et Virtus**, v. III, n. 6, jan. 2012. (ISSN 2177-2789). Disponível em: https://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_6/adelmo.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

GONÇALVES, C.W. P. **Amazônia, Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 179 p.

GOOGLE EARTH. **Estreito/MA**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-6.50630091,-44.26970192,-58.62206178a,860923.14520642d,35y,355.61095029h,0t,0r/data=CjkaNxIxCiUweDkyZDBhMDdiZjc4MzQxYmY6MHhhN2MyMjE4MTMyNjhjNDJkghFc3RyZWl0bXgDIAE>. Acesso em: set. de 2022.

HIRSCHMAN, Albert O. (1958) **The strategy of economic development**. New Haven (CT), Yale Univ. Press.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HINTERHOLZ, Beatran. **NINHO BACHELARDIANO: imaginação poética, mundanidade e educação de crianças pequenas na creche**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul 2016.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University, 1958.

HOHN, Daiane Carlos. **Geração de Energia Elétrica e Territorialização: O Caso da Usina Hidrelétrica Estreito.** (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista, 2016.

IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a 2019.** Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.14, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2021.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão.** Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. V. 15, n. 1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2021.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: região de desenvolvimento do Tocantins Maranhense /** Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/estreito/pesquisa/19/29761>. Acesso em agosto de 2022.

_____. **Produção Agrícola Municipal 1975- 1994.** 2011a. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/estatbasicas/v07_Producao%20agricola%20municipal_1975-1994.pdf>. Acesso em: 05 Abr 2022.

_____. **Produção Agrícola Municipal 1990-2010.** 2011b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em abril de 2022.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Rio de Janeiro. IBGE, 2017.

_____. **IBGE Cidades.** Portal desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 21 agosto 2021.

_____. **Dados históricos dos censos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm. Acesso em: 20 janeiro 2021.

_____. **Estimativas de População.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>. Acesso em: 18 nov. 2021.

_____. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIMA, Sancley Estany da Silva; SANTOS, E. O.; CHAVES JUNIOR, L. R.; ARAÚJO, R. O. Aglomeração Urbana: crescimento econômico no município de Estreito – MA. In: IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2019, SANTA CRUZ DO SUL-RS. **Anais do IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. SANTA CRUZ DO SUL: UNISC, 2019. v. IX. p. 1-18.

LIMA. Sancley Estany da Silva; SANTOS, E. O.; LUCENA NETO, A. P.; ARAÚJO, R. O. Inovação social e desenvolvimento territorial: análise de sustentabilidade de novas alternativas para distribuição de terras no sul maranhense. In: IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2019, SANTA CRUZ DO SUL - RS. **Anais do IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. SANTA CRUZ DO SUL - RS: UNISC, 2019. v. IX. p. 1-18.

LIMA, J. P. F. **NOVO DESENVOLVIMENTISMO E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**: um olhar para o nordeste brasileiro. Campina Grande. 2020.

LISZBINSKI, Bianca Bigolin; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin; PATIAS, Tiago Zardin. Produção de soja: um olhar para as questões sociais e ambientais. **Geosul**, v. 36, n. 79, p. 347-371, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/3280>. Acesso em maio 2022.

LÖSH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MACHADO JR., M. C. Os impactos ambientais e sociais das grandes usinas hidrelétricas. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/os-impactos-ambientais-e-sociais-das-grandes-usinas-hidreletricas/32832/#ixzz1wHSmBiNP>>. Acesso em: maio 2019.

MASSOLI, E. C.; BORGES, F. Q. Uma Análise das Externalidades Geradas pela UHE de Estreito (MA) e o Processo de Desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 251–278, 2014. DOI: 10.21527/2237-6453.2014.28.251-278. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2919>. Acesso em: 26 out. 2021.

MARQUES, Ana Rosa. Saberes geográficos integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão de Carolina – MA. 2012. 199 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, <<http://hdl.handle.net/11449/105036>>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. VII. São Paulo: Alfa-Omega 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, p. 7-46, 1998.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [1859]. (Coleção Clássicos).

MARTINS; SALGADO; BARRETO; LIMOEIRO, 2016. Chapada das Mesas, uma Paisagem Paleocárstica? **XI Simpósio Nacional de Geomorfologia - SINAGEO**.

Chapada das Mesas: uma paisagem paleocárstica? 2016. Maringá, Paraná, 15 set 2016.

MESQUITA, B. A. Notas sobre dinâmica econômica recente em Área Periférica: mudanças na estrutura produtiva do Maranhão In: **2ª Conferência de Desenvolvimento** – 2011, Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf> acesso em jan 2021.

MESQUITA, B.A. Política de desenvolvimento e desigualdade regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. **Rev. Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 27 –54, jul./dez. 2007.

MIRANDA, R. S. Conflitos socioambientais e o processo de territorialização no Sul do Maranhão. **VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, 15 a 19 de novembro de 2010, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil GT 7 – Dinâmicas territoriales y disputa por recursos naturales. disponível em <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT7-Roberto-de-Sousa-Miranda.pdf>. Acesso jan. 2021.

MORAES, V.G. **O desenvolvimento e o crescimento econômico em perspectiva: a trajetória da economia brasileira e o desenvolvimento econômico atual**. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/301>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OLIVEIRA, J. G. S.; FERREIRA, A. J. A. Os portos secos de Anápolis (GO) e Porto Franco (MA): confluências e implicações econômicas e socioespaciais. In: **XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2017, Salvador. Anais do XV SIMPURB. Salvador: EDUFBA, 2017. v. 1. p. 1-17.

OTATTI, Ana Maria Aquino dos Anjos. **As dinâmicas e desigualdades regionais de desenvolvimento no Maranhão**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2013.

PALUDZYSYN FILHO, Estefano; ZAGALLO, José G. Carvalho; **Diagnóstico do Corredor de Exportação Norte**. São Luís: CVRD/EMBRAPA, jul/92-mar/93.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina**. 2015. 174 f. Mestrado (Dissertação) – Mestrado de Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. 2015 <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>

PERROUX, François. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. A luta pela terra no Maranhão. São Luís, UFMA/Mestrado em Políticas Públicas, 1999.

PIO, Marco Aurélio de Jesus. **Desenvolvimento e contradições no bairro do Coroadinho em São Luís – MA: análise materialista – histórica e socioespacial desde sua ocupação aos dias atuais**. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

Plano de desenvolvimento Institucional – **PDI: 2017-2021** / Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão -UEMASUL. – Imperatriz, 2017. Disponível em: https://www.uemasul.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/02/PDI_UEMASUL_2017-2021.pdf. Acesso em: 18 de outubro 2022.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 25 out. 2022.

PREFEITURA DE ESTREITO. **Estreito/MA, história**. Disponível em: <https://portal.estreito.ma.gov.br/estreito-ma/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20de%20Estreito%20tem,as%20pessoas%20se%20estabelecerem%20ali>. Acesso em: set de 2022.

QUEIROZ, Noletto Paulo. Gente que fez Carolina. **Revista Século XX**. Carolina-Ma, 2000.

ROCHA, Edvaldo Fernandes Lima. **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022**. [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SANTOS, R. L. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Diálogos Latinoamericanos**, nº 19, 2012, p. 119-145. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/162/16229034005.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SANTOS, Edgar Oliveira. **Origem do rápido crescimento populacional de Imperatriz – MA: uma abordagem científica dessa realidade**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SANTOS, Edgar Oliveira. **Dinâmica de desenvolvimento, redes e trajetórias migratórias no contexto da formação histórica de Imperatriz - MA**. 2018. 223 f.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2018.

SANTOS, Dalva Batista dos (Agricultora/pescadora, associado à Colônia de Pescadores Z 35). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022.** [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão** / Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M.C.R. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.** III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Anais. Porto Alegre. 26 a 29 de outubro de 2009. PUCRS.

SILVA, João Batista José da (pescador). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022.** [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SILVA, Cláudia Regina Vieira da (pescadora e ribeirinha). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022.** [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SILVA, Valdir Ribeiro da (agricultor e pescador). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022.** [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SILVA, Heliane Rodrigues Rosa da (professora do A.E.E.). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022.** [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SILVA, Flávio Antônio da (líder comunitário e prestador de serviço para SAE do município). **REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA no período de 2000 a 2022.** [Entrevista concedida a] Sancley Estany da Silva Lima. Novembro de 2022.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, Revista Sociologias, vol. 13, núm. 27, mai-ago, 2011, p. 180-219. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/868/86819458008.pdf>> Acesso em: 18 fev 2022.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TAVARES, M. Hermes. Observações Sobre a Questão Regional. **CADERNOS PUR/UFRJ**. p.23-39 JAN/AB 1987 ANO II Nº 1. abril 1987. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/260/67>. Acesso em: jan 2022.

TEIXEIRA, Érika Resende; SILVA, Roseli da. Educação e crescimento econômico: uma análise econométrica para os municípios de São Paulo (1980-2000). **Revista Jovens Pesquisadores**, vol. 3, nº 1 (4), jan.-jun., 2006. Disponível em: <http://mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/04/3.4.08.pdf>. Acessado em: 15 jul 2021.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. Tradução de MONIZ BANDEIRA São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

Voz do Bico. **Seu portal de notícias do Bico**. Disponível em: <https://www.vozdobico.com.br/principal/dois-homens-tentam-salvar-mulher-e-desaparecem-no-rio-tocantins/>. Acesso em: set de 2022.

ZACARIAS, Rachel. O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília. DF. p. 01-15, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/artigos.html>. Acesso em: jun. 2020.

ANEXOS

Anexo A -

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL | PPDSR - Mestrado

TEMA DA PESQUISA: REGIÃO DA CHAPADA MESAS: crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA, no período de 2000 a 2022.

PESQUISADOR: Sancley Estany da Silva Lima

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Identificação e perfil socioeconômico.

1. Nome:
2. Idade _____. Sexo: Masculino () Feminino ().
3. Estado Civil: Solteira (o) () Casada (o) ().
4. Qual a sua naturalidade?
5. Qual a sua escolaridade?

() Ensino fundamental Incompleto
() Ensino fundamental completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Ensino Superior Incompleto
() Ensino Superior Completo
() Sem Escolaridade
() Outros Especificar:
6. Qual a sua atividade profissional?
7. Local de trabalho (endereço).
8. Qual a renda familiar?

() Não possui renda
() Menos de 300 R\$;

- Até 1 (um) salário mínimo;
- Até 2 (dois) salários mínimos;
- Até 3 (três) salários mínimos;
- Mais de 4 (quatro) salários mínimos;

9. Tipo de Renda

- Salário de emprego temporário;
- Salário de emprego fixo;
- Aposentadoria;
- Benefício (qual?).

10. Número de componentes familiar residente?

11. Quantos exercem ou praticam alguma atividade remunerada? Quais?

12. Tempo de residência no endereço?

13. Há quanto tempo reside em Estreito/MA?

14. Você ou sua família recebem ou receberam alguma ajuda do governo municipal/estadual ou federal como programas de combate à pobreza como o Bolsa família?

15. Quais os benefícios causados pelos grandes investimentos em Estreito?

16. Quais as dificuldades causadas pelos grandes investimentos em Estreito?

17. Quais os tipos de apoio recebido do governo municipal?

18. Quais as mudanças que você observou em Estreito no período de 2000 a 2022?

Anexo B -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Este termo representa uma pesquisa acadêmica através de entrevista para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Maranhão, com título: **Região Chapada das Mesas: análise do crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA, no período de 2000 a 2022**, de autoria de **Sancley Estany da Silva Lima**, orientada pelo **Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira**.

Sua participação nesta pesquisa se relaciona ao repasse de informações através de um formulário, registrado e documentado, referentes a “análise do crescimento econômico e perspectivas do município de Estreito – MA”. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir em qualquer momento tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la (o). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão das estruturas e dinâmicas do processo estudado.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador Sancley Estany da Silva Lima na instituição responsável.

Atenciosamente,



S. ESTANY
Sancley Estany da Silva Lima
ADMINISTRADOR
CRA-MA 08154

Sancley Estany da Silva Lima – MATRICULA: 20201001968



Antonio José de Araújo Ferreira

E-mail: sancleyestany.adm@gmail.com

Celular: (99) 99125-1420

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Assinatura do Participante

Local e Data